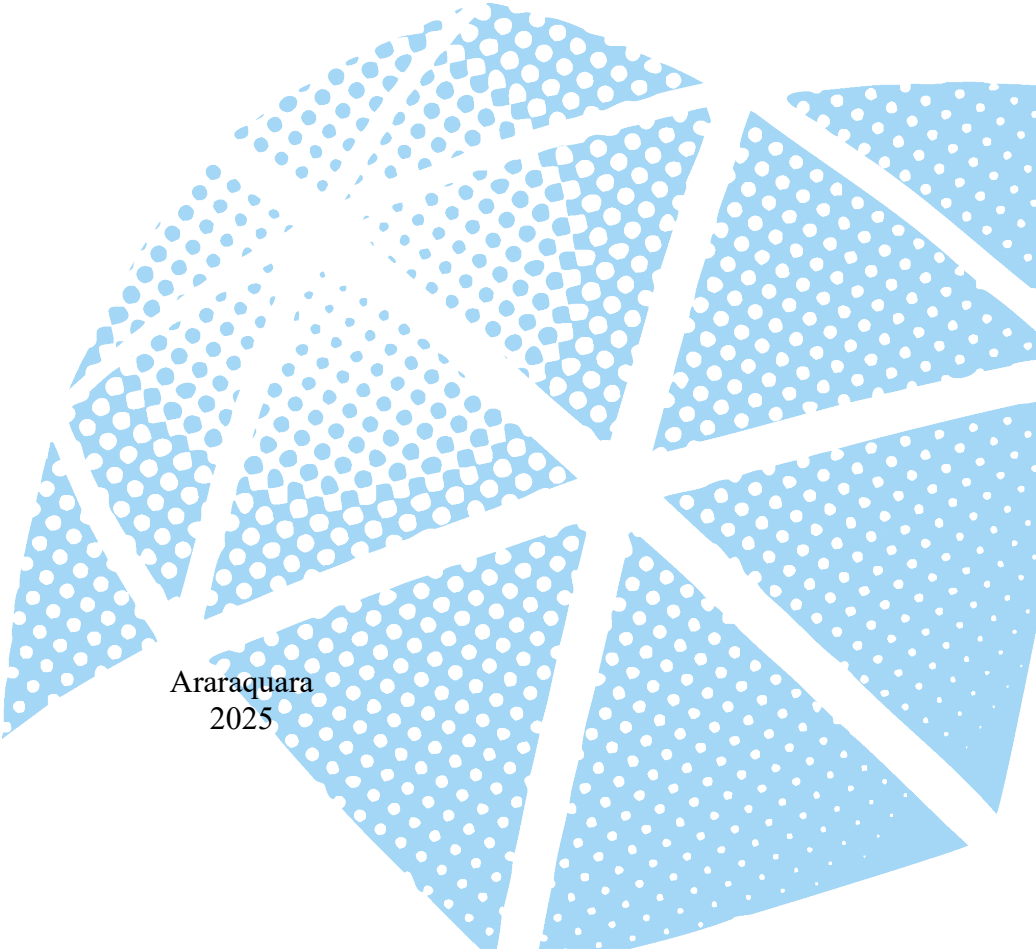


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual – Campus de Araraquara

Susana Regina Russo

RELATOS FEMININOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL VIVIDA NA INFÂNCIA:
um estudo realizado a partir de documentários

Araraquara
2025



SUSANA REGINA RUSSO

**RELATOS FEMININOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL VIVIDA NA INFÂNCIA:
um estudo realizado a partir de documentários**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestra em Educação Sexual.

Área de Concentração: Educação Sexual

Orientador: Prof. Dr. Florêncio Mariano da Costa Junior

Araraquara
2025

R969r	Russo, Susana Regina Relatos femininos sobre violência sexual vivida na infância : um estudo realizado a partir de documentários / Susana Regina Russo. -- Araraquara, 2025 102 p. : il., tabs., fotos Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientador: Florêncio Mariano da Costa Junior 1. violência sexual. 2. violência de gênero. 3. documentários. 4. infância. I. Título.
-------	---

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa contribui para o conhecimento científico sobre a violência sexual na infância e adolescência, abordando suas bases patriarcais e sociais. Oferece subsídios técnicos e educacionais inovadores, utilizando documentários para conscientizar e desconstruir compreensões inadequadas sobre o tema. O impacto social e cultural desta temática contribui para a prevenção e proporciona bases para intervenções e o fortalecimento de redes de apoio em diferentes contextos. O estudo promove o desenvolvimento social ao visar a erradicação da violência, contribuindo para a igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos. Embora o potencial econômico não seja o foco direto, a redução da violência resulta em benefícios sociais e econômicos indiretos. Assim, esta investigação pode inspirar ações locais comprometidas com a proteção e a justiça integral das mulheres e crianças vítimas de violência sexual.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The present research contributes to the scientific knowledge about sexual violence in childhood and adolescence, addressing its patriarchal and social bases. It offers innovative technical and educational subsidies, using documentaries to raise awareness and deconstruct inadequate understandings on the subject. The social and cultural impact of this theme contributes to prevention and provides bases for interventions and the strengthening of support networks in different contexts. The study promotes social development by aiming at the eradication of violence, contributing to gender equality and the protection of human rights. While economic potential is not the direct focus, reducing violence results in indirect social and economic benefits. Thus, this research can inspire local actions committed to the protection and integral justice of women and children who are victims of sexual violence.

SUSANA REGINA RUSSO

RELATOS FEMININOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL VIVIDA NA INFÂNCIA:
um estudo realizado a partir de documentários

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestra em Educação Sexual.

Área de Concentração: Educação Sexual

Data da defesa: 23/04/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Florêncio Mariano da Costa Junior
Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – Campus Araraquara

Prof. Dr. Rinaldo Correr
Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – Campus Rio Claro

Profª. Dra. Tatiana de Cássia Ramos Netto
Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) – Bauru

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que já
sofreram violência sexual, física ou psicológica,
não somente no período da infância, como
também na fase adulta. Os agressores podem ser
qualquer um... Podem ser os seus amigos, os seus
colegas de trabalho, os seus parentes, eles podem
ser até os seus maridos e nunca ninguém
desconfiar deles...*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que sempre esteve e está me guiando nessa caminhada a que chamamos “vida”. Quem me conhece bem, sabe que eu não sou a pessoa mais religiosa do mundo. Embora eu seja batizada na Igreja Católica, minha crença está pautada em diversos caminhos e religiões. Parafraseando Alberto Caieiro, heterônimo de Fernando Pessoa: “Mas se Deus é as flores e as árvores / E os montes e sol e o luar / Então acredito nele / Então acredito nele a toda a hora / E a minha vida é toda uma oração e uma missa / E uma comunhão com os olhos e pelos ouvidos”.

À minha falecida avó Isaura Silva Russo, que eu tenho certeza de que está comigo o tempo todo. Ela que sempre torceu por mim, em meus objetivos, mesmo que de maneira muito simples, sempre sonhou que eu alcançasse todos os meus desejos.

À minha tia Martha Maria Silva Russo, que sempre me ajudou em todos os sentidos, inclusive financeiramente, sempre torceu por mim e se empenhou para que eu chegasse até aqui.

À minha mãe Juçara Maria Russo, pelo apoio, preocupação em cada uma das minhas viagens à Araraquara para cursar as disciplinas, sempre me questionando se havia necessidade de eu estudar tanto... E, claro, eu sempre respondia que sim.

À minha irmã Cláudia Regina de Almeida Rosa, que me incentivou nessa caminhada e que também contribuiu com algumas opiniões mesmo que sucintamente e de forma muito respeitosa.

Aos meus irmãos Ivan de Almeida Rosa e Márcio de Almeida Rosa, por terem me incentivado nessa trajetória.

Ao meu sobrinho Renan de Almeida Rosa, que, mesmo sem saber, foi de grande valia para a realização desta pesquisa. Nós, que tivemos uma infância muito próxima, cheia de brincadeiras, aventuras e alguns percalços também, sempre fomos muito próximos.

Aos meus tios Marco Antonio Russo e sua esposa Mônica Alckimin, pelo incentivo e por compartilharem a rotina comigo.

Ao Cláudio Votta, marido de minha tia Martha Russo, por acompanhar os meus esforços e me encorajar.

Aos meus primos Ana Paula Russo, Fábio Russo, Fabiana Russo e Flávio Russo, e aos meus tios Luis Antonio e Sheila Russo, por sempre acompanharem as minhas mensagens no grupo da família sobre o mestrado, parabenizando-me a cada etapa concluída.

À minha prima Marília Rocha, por sempre me incentivar, ter palavras doces nos momentos certos.

Em um geral a toda minha família, pela torcida, pelas orações e pelos incentivos. Podem ter certeza de que foram de grande valia.

À UNESP, instituição pública de qualidade, que me proporcionou uma pós-graduação incrível com professores renomados e disciplinas enriquecedoras que mudaram bastante a minha visão na área da sexualidade.

Ao meu orientador Florêncio Costa Junior, pelas orientações enriquecedoras, conversas, pelos puxões de orelha nos momentos certos, por ter tido paciência com as minhas dificuldades acadêmicas e, principalmente, por conter os meus excessos e a minha teimosia e por ter acreditado em mim. Só tenho a agradecer-lhe pelo apoio e compreensão.

À professora Andreza de Castro Leão, por ter sido minha professora em algumas disciplinas do curso, inclusive na de violência sexual, que me fez repensar em mudar meu projeto de pesquisa e seguir na área de violência. Além de tudo, esteve presente no meu exame de qualificação, proporcionando-me excelentes apontamentos e caminhos sobre a minha pesquisa. Enfim, se em algum momento eu tive dúvidas em aceitar as suas recomendações, hoje não tenho mais e vejo que foram essenciais suas dicas para o desenvolvimento deste estudo.

Ao professor Rinaldo Correr, por ter aceitado participar da minha banca de defesa, realizando diversos elogios e apontamentos que me deixaram muito feliz e satisfeita com o resultado da minha pesquisa. Fiquei emocionada com sua empatia, sensibilidade nas palavras e a percepção atenta demonstrada em relação ao meu texto.

À professora Tatiana Netto, pelas suas excelentes contribuições na banca de qualificação e, também, por tecer elogios na banca de defesa. Por ter tido paciência e empatia comigo; mas, principalmente, por ter acreditado na minha capacidade e no meu desenvolvimento acadêmico.

Ao professor Paulo Rennes, pelas aulas na pós-graduação e pelas conversas que tivemos algumas vezes. Pela sua afeição e conhecimento.

Ao professor Luis Antonio Calmon Nabuco, pelas suas excelentes aulas de economia libidinal, por sua educação, respeito e conhecimento gigantesco, um homem íntegro. Um dos professores mais fantásticos que tive na pós-graduação.

À professora Clarice Paulon, pelas brilhantes aulas na pós-graduação. Suas contribuições foram essenciais na minha formação, principalmente nesta pesquisa, pois muitos dos autores lidos na disciplina eu inseri neste estudo.

À professora Lourdes Feitosa, pelas aulas de sexualidade em Roma Antiga, por sua amizade e educação.

Ao professor Vagner Custódio, pelas aulas de imagem corporal, por sua parceria, respeito e educação.

Ao professor Ricardo Desidério, pela consideração e educação que teve comigo. Ricardo foi orientador de alguns amigos meus, um ótimo professor.

À coordenadora do curso Patricia Porchat, por sempre me auxiliar quando eu precisei, pelos conselhos generosos e por estar presente em várias etapas do meu processo durante o curso – aliás não só no meu, como de meus colegas também.

A todos os(as) funcionários(as) da UNESP: do virtual, da biblioteca, da faxina e da cantina, o trabalho deles é de extrema importância para o andamento da instituição.

Ao meu antigo orientador durante a graduação, professor Pedro Marques, da área de Literatura Comparada da UNIFESP. Em diversos momentos, ao longo do mestrado, me incentivou a nunca desistir e a sempre seguir em frente.

Ao meu querido e companheiro amigo de curso Alan Yokoda Kohama, que esteve comigo em diversos momentos. Fizemos artigos juntos, participamos de congresso com apresentação de trabalho, realizamos quatro disciplinas do mestrado, almoçamos diversas vezes no campus e viajamos de Araraquara–São Paulo muitas vezes também. O Alan foi e é um ótimo companheiro nesta trajetória acadêmica.

À minha amiga Sofia Fernandes, também colega e amiga de curso, obrigada pela parceria, pelas conversas e por me receber em sua casa em Araraquara por algumas semanas durante algumas disciplinas.

A todos os meus colegas de curso, pela parceria, pelas conversas, indagações e trocas do nosso desenvolvimento acadêmico.

À Caroline Alcântara Correa, uma das minhas melhores amigas de infância e adolescência. Já passamos por tanta coisa juntas, incluindo o ingresso no mestrado; eu, em Educação Sexual pela UNESP, ela, em Educação pela UNIFESP. E, agora, estamos terminando essa etapa tão importante em nossas vidas.

À minha querida amiga Marcella Marinho, carioca da gema, minha médica predileta. Agradeço a amizade, a nossos passeios no Rio de Janeiro e as orações nos momentos difíceis.

À Naiane Cortezine, pelo apoio incondicional durante a realização desta etapa. Amizade que a UNIFESP me deu.

Aos meus queridos amigos, Júlia Paccanaro e Renan Varolli, pela amizade, apoio e generosidade. Estiveram presentes na minha defesa e, após a banca, me elogiaram e me parabenizaram.

À Gessica Ticiano, minha grande amiga, pelos conselhos e pelas palavras de conforto. Ela esteve presente na minha defesa de mestrado e, como também é mestra, ficou muito feliz com minha conquista.

À Mariana Felix, por sempre me animar a concluir este curso e por me encorajar constantemente! Ela, que já esteve presente em muitos momentos importantes de minha vida, inclusive na defesa de mestrado, é uma superparceira e amiga.

À Isabel Cristina Falcão, por me substituir na escola durante o meu processo de escrita em alguns momentos.

Aos meus colegas de trabalho Alexandra Ticiano, Rodrigo Placoná, Juçara Hanne, Gabriel Rocha, Celso Maciel e Andrea Santana, pela convivência diária, por me animarem nos períodos mais conturbados.

Ao meu amigo e colega de trabalho Bruno Diniz, pela convivência diária, pelos cafés da manhã; por sempre me encorajar e me animar a terminar meu curso. O Bruno é um grande amigo.

A todos os meus alunos e alunas pelo dia a dia, pela troca de conhecimento. Porque sim, nós podemos aprender com os nossos alunos, e muito.

Por fim, a todos(as) que contribuíram, de alguma forma, para que eu pudesse escrever esta pesquisa.

“A criança que não é abraçada pela vila, vai queimá-la para sentir o seu calor.”
(Provérbio Africano)

“A infância é um chão que pisamos a vida inteira.”
(Lya Luft)

Canção para a menina maltratada.

(Celso Gutfreind)

Não, não será com métrica
nem com rima.
Uma coisa sem nome violentou uma menina.
Ação barata sem a prata
do pensamento
o ouro do sentimento
o dia da empatia.
Noite.

Uma coisa.

Não era o lobo
nem o ogro nem a bruxa,
era a fúria do real
sem o carinho do símbolo.

Stop, a poesia parou.
Ou foi a humanidade?

Stop nada, a menina sente e segue
com métrica, rima, graça, vida.

Onde está tua vitória, ignomínia?

Uma prosa continua
poética como era
saltitante o bastante
para não perder a poesia.

A coisa (homem?) é punida como um lobo
no conto de verdade. E imprime-se um nome
na ignomínia.

A menina liberta expressa
ri e chora, volta a ser
qualquer (única) menina.
Pronta para a métrica
pronta para a rima
pronta para a vida
(canto de cicatriz),
pronta para o amor a dois,
à espera, suave, escolhido.

Poema retirado do documentário *Canto de cicatriz*,
direção de Laís Chaffe: Atena Produções.

RESUMO

A violência sexual é um fenômeno que afeta milhões de crianças em todo o planeta, independentemente da idade, do gênero ou da classe social. Essa violência pode ser praticada de duas formas: o abuso sexual e a exploração sexual. Diante disso, os transtornos que podem ser ocasionados nas vítimas são de diversas ordens, entre eles: psíquicos, emocionais, físicos, educacionais e sexuais. Os abusos sexuais são, na maioria das vezes, perpetrados de forma intrafamiliar (dentro da família) ou por pessoas próximas à vítima, gerando confusões sentimentais na criança, como culpabilização, medo e, principalmente, contrariedades, pois, se por um lado, a criança sente afeto pelo agressor, por outro, ela o repele. Esses sentimentos favorecem o silêncio da vítima, perpetuando-se o ato por muito tempo, quiçá por muitos anos, até a revelação. Em outros cenários, a família está ciente dos abusos, mas, por questões financeiras, culturais e patriarcais, omite-se, deixando a criança à disposição do abusador. Nesta pesquisa de cunho qualitativo, foram analisados os relatos de mulheres vítimas de violência sexual na infância e na adolescência, presentes nos documentários *Canto de cicatriz*, *Se você contar*, *Desumanidades* e *Um crime entre nós*. Os relatos das vítimas de violência sexual foram transcritos e examinados à luz das teorias que conceituam e problematizam a estrutura patriarcal. Os resultados obtidos foram divididos em subcategorias, seguindo o método da análise de conteúdo. As categorias são: 1.0) Violência sexual infantil e seus contextos, e suas subcategorias são: 1.1) Violência sexual intrafamiliar ou por pessoas próximas; 1.2) A violência e as classes sociais. Quanto à segunda categoria, tem-se: 2.0) Violência de gênero e patriarcado, e suas subcategorias: 2.1) Relação de poder e dominação; e 2.2) Corpo feminino. Nelas, foi encontrado que, em ambas as classes sociais, a violência sexual se perpetua e a maioria das participantes foram vítimas de violência sexual pelos seus familiares ou por pessoas próximas. Todas elas estavam ou se sentiam sob o domínio do agressor por questões patriarcais, financeiras, por vergonha ou medo de revelar a alguém ou por ameaças.

Palavras-chave: violência sexual; violência de gênero; documentários; infância.

ABSTRACT

Sexual violence is a phenomenon that affects millions of children around the planet, regardless of age, gender or social class. This violence can be practiced in two ways: sexual abuse and sexual exploitation. In view of this, the disorders that can be caused in the victims are of different orders, including: psychic, emotional, physical, educational and sexual. Sexual abuse is, most of the time, perpetrated within the family or by people close to the victim, generating sentimental confusion in the child, such as guilt, fear and, mainly, setbacks, because, if on the one hand, the child feels affection for the aggressor, on the other hand, he repels him. These feelings favor the silence of the victim, perpetuating the act for a long time, perhaps for many years, until the revelation. In other scenarios, the family is aware of the abuse, but, for financial, cultural and patriarchal reasons, it omits to do so, leaving the child at the disposal of the abuser. In this qualitative research, the reports of women victims of sexual violence in childhood and adolescence, present in the documentaries *Canto de cicatriz*, *Se você contar*, *Desumanidades* and *Um crime entre nós*, were analyzed. The reports of the victims of sexual violence were transcribed and examined in the light of theories that conceptualize and problematize the patriarchal structure. The results obtained were divided into subcategories, following the content analysis method. The categories are: 1.0) Child sexual violence and its contexts, and its subcategories are: 1.1) Sexual violence within the family or by close people; 1.2) Violence and social classes. As for the second category, there are: 2.0) Gender violence and patriarchy, and its subcategories: 2.1) Relationship of power and domination; and 2.2) Female body. In them, it was found that, in both social classes, sexual violence is perpetuated and most of the participants were victims of sexual violence by their family members or close people. All of them were or felt under the domination of the aggressor for patriarchal or financial reasons, for shame or fear of revealing it to someone or for threats.

Keywords: sexual violence; gender violence; documentary; childhood.

LISTA DE SIGLAS

CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referências da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Dados retirados do Fórum de Segurança Pública de 2023	34
Quadro 1 – Dados retirados do documentário <i>Canto de cicatriz</i>	59
Quadro 2 – Dados retirados do documentário <i>Se você contar</i>	60
Quadro 3 – Dados retirados do documentário <i>Desumanidades</i>	61
Quadro 4 – Dados retirados do documentário <i>Um crime entre nós</i>	62
Quadro 5 – Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário <i>Canto de cicatriz</i>	63
Quadro 6 – Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário <i>Se você contar</i>	64
Quadro 7 – Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário <i>Desumanidades</i>	64
Quadro 8 – Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário <i>Um crime entre nós</i>	68

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
1 INTRODUÇÃO	19
2 CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	24
2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	27
2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	32
2.3 EFEITOS CAUSADOS NAS CRIANÇAS DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL.....	41
3 VIOLÊNCIA SEXUAL PERANTE AS CLASSES SOCIAIS	46
4 QUEIXAS SEXUAIS FEMININAS EM DECORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOFRIDA NA INFÂNCIA.....	50
5 OBJETIVOS	55
5.1 OBJETIVO GERAL.....	55
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	55
6 MÉTODO.....	56
7 ANÁLISE DOS DADOS	59
7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS	59
7.2 BREVE DESCRIÇÃO DAS PARTICIPANTES DEPOENTES.....	63
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
8.1 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E SEUS CONTEXTOS	70
8.1.1 Violência sexual intrafamiliar ou por pessoas próximas.....	70
8.1.2 A violência e as classes sociais.....	75
8.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PATRIARCADO	78
8.2.1 Relação de poder e dominação	80
8.2.2 Corpo feminino	82
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	91

APRESENTAÇÃO

Sou graduada em Letras, com dupla habilitação em Português e Espanhol pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* Guarulhos, já há quase nove anos. Possuo especialização em Psicopedagogia pela Anhembí Morumbi (2021). Sou professora concursada há sete anos na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e, também, leciono em uma escola privada na região do Morumbi em São Paulo.

Nasci e cresci em São Paulo, em uma região quase periférica, próxima ao bairro do Capão Redondo. Sou filha de mãe solo e fui mantida financeiramente, com muita dificuldade, por uma tia que, apesar dos obstáculos, nunca desistiu e sempre se empenhou em custear meus estudos em escola privada até a conclusão do ensino médio.

Fiz cursinho popular, antes de ingressar na UNIFESP. Após a minha aprovação na faculdade, eu, que achava que tinha vencido uma grande etapa, a do vestibular, na realidade tinha era ingressado em outra muito mais árdua: a de me formar em universidade pública, sem muitos recursos financeiros e, também, sem apoio familiar.

Com grandes dificuldades e após longos anos de curso, enfim me formei em Letras. Após a universidade, sabia bem que diversos objetivos pessoais e acadêmicos ainda tinham que ser alcançados, como, por exemplo, o ingresso no mestrado e as especializações que realizei nos últimos anos.

Na escolha da presente pesquisa, a princípio não sabia, exatamente, que linha seguir, mas sabia que eu queria pesquisar algo relacionado à sexualidade e, talvez, à prevenção. Quando escrevi o pré-projeto, até então tinha pensado em gravidez na adolescência e prevenção, porém, quando ingressei no mestrado em educação sexual, realizei várias disciplinas das quais gostei bastante. No entanto, a que mais me chamou a atenção, pela complexidade, foi, sem dúvida, a disciplina “violência sexual”. Apaixonei-me pelo tema e pelos textos. Tal iniciativa aguçou a minha curiosidade em aprender mais sobre o assunto.

A partir daí, não tive dúvidas em alterar meu projeto de pesquisa. Em conversa com o meu orientador e após algumas tentativas de pré-projetos, que percebemos que não se concretizariam de maneira acadêmica —, resolvi, então, estudar as queixas de mulheres que sofreram abuso sexual na infância e na adolescência, porquanto carregaram essa vivência para a vida pessoal, sexual e social na fase adulta. Com a anuência do professor Florêncio Costa, meu orientador, prossegui com a presente pesquisa, percebendo que há diversos casos de mulheres afetadas pelo fenômeno.

Muitos me perguntam como eu consigo estudar e descobrir sobre assuntos tão delicados como este, e eu sempre respondo: “É necessário! É delicado, difícil e, muitas vezes, indissolúvel, mas necessário”. Espero que um dia esse estudo não seja preciso, pois, quando isso acontecer, significará que a violência sexual já acabou e que pesquisas futuras nessa área não serão mais realizadas¹.

Apesar de minha afirmação anterior, sou uma pessoa muito realista e sei das dificuldades dessa oração. Porém, tem uma frase do Ariano Suassuna que eu gosto muito de seguir: “O otimista é um tolo, o pessimista é um chato, então melhor ser um realista esperançoso”. Portanto, o objetivo no presente estudo é trazer contribuições que possam somar para erradicar o citado fenômeno.

Por fim, escrevi esta dissertação com muita dedicação, muito amor, suor, mas, também, com muita dor. Primeiro pela complexidade do tema escolhido, segundo pela dificuldade da própria escrita da dissertação. Foram muitas noites maldormidas, diversos finais de semana de intensa dedicação aos estudos e muita comoção assistindo aos filmes e transcrevendo os relatos das participantes. Busquei fazer este trabalho com muita seriedade e informação necessária para o público em geral – não somente pesquisadores da área, como também interessados no tema da violência sexual. Ao mesmo tempo, preocupei-me em fazê-lo com grande respeito e sensibilidade.

Espero que gostem. Boa leitura.

¹ Argumento este trazido nas aulas sobre violências contra crianças e adolescentes, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), pelas docentes Andreza Leão, Paola Santos e Rita Cândido.

1 INTRODUÇÃO

Sabemos da complexidade do tema desta pesquisa, que é a violência sexual perpetrada na infância e na adolescência, possível geradora de sofrimentos psicológicos na vítima, não somente na fase da infância, como também se estendendo à fase adulta. Em relação a esse fenômeno, a introdução será pautada em apresentar o que foi realizado neste estudo.

A violência sexual infantil, embora seja um tema relatado de forma mais abrangente nos últimos anos, não é um fenômeno recente – pelo contrário, faz parte da história da humanidade (Mastroianni & Leão, 2023). Paixão e Deslandes (2010) comentam que o debate deste assunto, pelos órgãos não governamentais, só foram adquirir destaque nas últimas três décadas. Isso se deve ao fato de que as crianças, durante muito tempo, não eram consideradas pessoas com direitos resguardados de proteção, saúde, bem-estar e cidadania. Essa realidade começa a mudar com a instauração da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a fundação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (Paixão & Deslandes, 2010; Pase et al., 2020; Nunes & Moraes, 2021).

Nesse sentido, é importante relembrar a história do país, que viveu sob o autoritarismo da ditadura militar. Durante esse período, a população em geral era desprovida de políticas democráticas e de instituições que as amparassem. Com o fim da ditadura, surge a esperança de uma sociedade mais ampla, mais digna e consolidada em gerar mais direitos aos cidadãos brasileiros (Pase et al., 2020). E essa relação se desenvolveu também às garantias das crianças, vistas como extensão de seus pais, sujeitas a todo tipo de violência e de abandono social pelo Estado. Com isso, para garantir mais direitos, saúde e proteção de forma integral, surgiu a Constituição Federal promulgada em 1988, zelando pela efetivação da condição de cidadãos às crianças (Pase et al., 2020; Nunes & Moraes, 2021).

Posteriormente, o ECA foi aprovado em 13 de julho de 1990, no Congresso Nacional, como resultado das reivindicações de organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos da infância e da juventude. Além disso, pressões externas, como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU em 1989, também influenciaram sua criação (Pase et al., 2020).

O ECA garante que todas as crianças e adolescentes possuam todos os direitos fundamentais, como saúde, educação, alimentação, dignidade, lazer, convivência familiar e segurança. De acordo com o estatuto, todas as crianças devem ser atendidas com os mesmos direitos e proteção que os adultos (Brasil, 1990).

Após 23 anos da criação do ECA, no ano de 2013, foi aprovado, pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, o Estatuto da Juventude, por meio da

Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude, além de instituir o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Este estatuto foi instaurado para aumentar as leis voltadas à proteção dos jovens (Castro & Macedo, 2019).

Com isso, foi promovida uma complementação entre a proteção do ECA, que atende crianças e adolescentes até dezoito anos, e o fortalecimento da instauração do Estatuto da Juventude, que gerou autonomia e emancipação dos jovens de 15 a 29 anos. A estrutura legal das políticas públicas voltadas para os jovens gerou grandes expectativas ao possibilitar a consolidação dessas políticas como uma política de Estado, garantindo sua continuidade além dos mandatos governamentais (Castro & Macedo, 2019).

Desde sua criação, o Estatuto da Juventude, voltado para jovens de 15 a 29 anos, enfrenta o desafio de dialogar e se complementar com o ECA, evitando sobreposições, especialmente para a faixa etária de 15 a 18 anos. Esse debate aprofundou o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da necessidade de proteção para diferentes grupos etários. O Estatuto da Juventude reafirma princípios do ECA ao garantir direitos aos jovens e reforça que adolescentes até dezessete anos são inimputáveis, não podendo cumprir penas em regime prisional fechado como adultos (Castro & Macedo, 2019).

Porém, mesmo com todas essas leis e garantias à proteção e à educação, a violência contra crianças e adolescentes ainda é cometida cotidianamente. Tem-se, de fato, uma relação de poder autoritária e desigual entre o adulto e o adolescente e/ou a criança, que, sob a ótica cultural, inferioriza as crianças como seres que devem ser dominados (Marchi, 2011). É importante mencionar que essa violência não se encontra apenas na conduta de hierarquia geracional, mas também na hierarquia de gêneros, já que é cultural a delegação de valores provindos da escola, da família, do meio social e de diversas instituições que definem os padrões que serão impostos na diferenciação sexual biológica. Esse processo de distinção com base no gênero é um dos fatores geradores da violência contra as meninas e mulheres, que são consideradas seres mais frágeis culturalmente (Saffioti & Almeida, 1995; Butler, 2003).

Em uma cultura patriarcal e normativa, o sexo biológico tem sido o principal definidor do gênero, pois, a partir dele, são estabelecidas relações sociais baseadas em divisões desiguais de poder, criando ordenamentos simbólicos e sociais dentro das quais as masculinidades são privilegiadas em diferentes aspectos, sejam eles sociais, trabalhistas, físicos, emocionais e sexuais (Scott, 1995). O homem é, culturalmente, entendido como o chefe da casa, o mantenedor financeiro e é visto, socialmente, como mais forte, mais dominante naquele território, assumindo uma posição de liderança desfavorável às mulheres, que devem ter um

comportamento apaziguador, dócil e submisso, facilitando, assim, a violência de gênero perpetrada contra elas (Saffioti, 2001).

Há, no Brasil, uma divergência dos dados precisos sobre a violência sexual infantil, o que dificulta a compreensão da verdadeira extensão em números desse fenômeno (Leão, 2020). Isso se deve à falta de integração entre os órgãos responsáveis, à ausência de padronização na coleta dos dados e à subnotificação dos casos (Leão, 2020; Mastroianni & Leão, 2023). Ainda de acordo com os autores, apenas 10% dos casos de abuso e de exploração sexual contra crianças e adolescentes são, efetivamente, denunciados através do Disque 100, o canal de denúncia do país. Portanto, a real incidência da violência sexual infantil no Brasil ainda é desconhecida.

Os direitos da criança e do adolescente foram fortalecidos pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, lançado em 2000, e pelo Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR), implementado em 2003 e pautado nos eixos do plano. Um desses eixos é o atendimento, que visa garantir atenção especializada para crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual. Esse atendimento é realizado com profissionais capacitados e especializados, conforme orientações do Ministério da Justiça (Nunes & Moraes, 2021).

Ainda segundo as autoras, em 2006, foi instaurado o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) a partir da Resolução n. 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), organizado em três eixos: promoção, controle social e defesa de direitos (Brasil, 2006). Tais eixos referem-se a políticas implementadas a condições sociais básicas e à participação da sociedade na formulação de políticas necessárias por meio da ação de organizações como conselhos que defendam esse público. Por último, o eixo da defesa dos direitos consiste em zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (Nunes & Moraes, 2021).

A partir dessas implementações de sistemas voltados à proteção e ao encaminhamento de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, os profissionais no âmbito dos conselhos tutelares, do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos hospitais e das casas de saúde diversas deverão atender as vítimas seguindo os protocolos estabelecidos. É necessária a formação especializada deste profissional, à medida que possa atender o paciente em suas repercussões físicas, psicológicas e sociais (Pase et al., 2020; Nunes & Moraes, 2021).

Apesar do aumento, nas últimas décadas, dos estudos científicos e das leis voltadas à proteção das crianças, bem como de informações, ainda há uma ausência de conhecimento da população em querer culpar a vítima, alegando que, na maior parte dos casos, ela possa ter seduzido ou ter sido permissiva às agressões. Em paralelo a isso, os próprios profissionais que atuam na área, frequentemente, consideram apenas o sexo com penetração como forma de violência sexual, excluindo os atos que não se configuram contato sexual propriamente dito (Hohendorff & Patias, 2017).

Ainda segundo Hohendorff e Patias (2017), para evitar convicções inadequadas, é necessária a difusão do conhecimento acerca das violações sexuais, ampliando as informações sobre os diversos tipos de violência sexual, visto que se tem muitas desinformações e práticas incongruentes, tanto da população, como dos profissionais.

Outrossim, para garantir a proteção e os direitos das crianças e dos adolescentes, é essencial revisar as práticas e a compreensão das instituições como o Estado, a família e a sociedade. A articulação eficaz entre essas instituições é fundamental para superar as violações infantojuvenis. Além disso, a atuação efetiva de profissionais, da sociedade civil e dos serviços de garantia e de defesa dos direitos é fundamental. Essas ações podem levar à atualização das políticas e das leis relacionadas à violência sexual, promovendo um ambiente mais seguro para crianças e adolescentes (Pase et al., 2020; Nunes & Moraes, 2021).

Como, por grande parte das vezes, a violência sexual é praticada por pessoas que a vítima conhece e possui alguma afetividade, isso geralmente causa sentimentos de culpabilização pela própria pessoa vitimizada (Neves et al., 2010; Florentino, 2015). Ademais, muitos dos abusos sexuais são perpetrados dentro do ambiente familiar, causando, na criança, medo, confusão, ansiedade, culpa, vergonha e outros sentimentos que trazem sofrimento e insegurança à vítima. Sob a ótica das relações de poder, o processo de silenciamento da criança (vítima de violência sexual) e, muitas vezes, da mãe é gerado por uma lógica cultural e sexista, que coloca a mulher em uma posição de quem necessita da dependência masculina financeira, sobretudo em uma perspectiva patriarcal, que privilegia as atitudes de opressão (Marchi, 2011; Bonfanti & Gomes, 2018; Lopes, 2022). Nessa realidade, os abusos podem perdurar anos, causando nas crianças sintomas emocionais, sendo necessário tratamento psicoterapêutico, médico e até acompanhamento psicossocial (Cruz et al., 2021).

Diante desse fato, é inegável que há necessidade de abordar o tema da violência sexual em diversas instâncias sociais, como escolas, ONGs, hospitais, universidades e cursos livres. Nessas instituições, podem ser utilizados diferentes tipos de materiais para obter informações

e para enfrentar o fenômeno, como, por exemplo, livros didáticos, palestras, debates, guias escolares, materiais midiáticos, entre outros (Leão, 2020).

Com isso, objetivando contribuir para a instrumentalização de debates sobre a violência sexual, a presente pesquisa teve o intuito de analisar relatos de mulheres que sofreram abuso sexual na infância e na adolescência, obtidos em quatro documentários: *Canto de cicatriz*, *Se você contar*, *Desumanidades: cinco relatos sobre violência sexual* e *Um crime entre nós*. Perante esses materiais midiáticos, foram realizadas as transcrições de todas as entrevistas, observando o contexto, o tipo de violência (intrafamiliar ou extrafamiliar), a quantidade e a durabilidade dos abusos sexuais, a condição emocional da vítima e o patriarcado como um dos principais mecanismos causadores da violência de gênero. Todos esses instrumentos foram analisados sob a ótica de autores que têm por escopo defender os direitos das mulheres.

É válido salientar que o presente estudo tem a premissa de analisar as entrevistas das vítimas dentro dos documentários, observando seus diversos contextos, mas, principalmente, enaltecendo a importância desses materiais. Dessa maneira, foram analisadas as informações transmitidas, os indícios que as crianças e os adolescentes demonstraram diante dos abusos, as reações na vida adulta, os preconceitos da sociedade, além de alertar a população, através das entrevistas concedidas nestes materiais midiáticos, sobre a importância da informação, da prevenção, da denúncia e do combate à violência sexual na infância e na adolescência.

Nos próximos capítulos, serão descritas as conceituações de violências, os efeitos causados nas crianças, nos adolescentes e nas mulheres adultas, bem como seus cenários e perpetuadores, relacionando-os ao patriarcado. Posteriormente, serão apresentados os objetivos, o método, os resultados, as discussões e, por fim, as considerações finais.

2 CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Entendemos a relevância de compreender, de maneira aprofundada, os contextos e os impactos resultantes da violência na intersecção entre violência de gênero e sexual, sobretudo quando esta incide em crianças. Para que se possa entender a violência sexual e as demais categorias de violência sofridas por mulheres, tanto na infância, quanto na adolescência e na idade adulta, bem como suas consequências, é preciso, antes, compreender o que é este fenômeno, algumas de suas modalidades e as consequências a ele relacionadas.

Leão (2020) inicia a discussão sobre violência sexual partindo do significado da palavra violência, que, segundo o dicionário Aurélio, abarca os atos de violentar, de coagir, de oprimir, de abusar da força contra alguém, entre outros termos. De um modo mais amplo, pode-se dizer que a violência é uma violação do direito à liberdade, uma forma de opressão, uma agressão física ou sentimental que contribui, gradativamente, para o sofrimento da vítima (Araújo, 2002), tornando-a escrava de seu agressor, reduzindo seu direito à fala, seu posicionamento e seu próprio corpo. Portanto, pode-se dizer que a violência restringe a vítima a ser sujeito de suas próprias escolhas (Araújo, 2002; Leão, 2020).

Embora essas definições contemplem o que, normalmente, se entende como violência, convém frisar que esse é um conceito complexo e multidimensional que abrange diversos comportamentos e ações (Leão, 2020).

Segundo Johan Galtung (1969, p. 168, tradução nossa), “a violência está presente quando os seres humanos estão sob alguma influência, de modo que suas realizações somáticas e mentais, de fato, estão aquém de suas possíveis realizações”². Nesse sentido, muitas vezes, o ato violento não é visivelmente ou facilmente observável, pois pode se configurar de maneira velada ou por meio de uma estrutura opressora.

Galtung (1969) organiza a violência em três principais categorias: violência direta, que se manifesta fisicamente através de agressões; violência estrutural, que se refere às desigualdades institucionais e sociais que perpetuam a opressão de certos grupos; e violência cultural, que legitima as outras formas de violência através de normas, de tradições e de discursos. Com isso, o autor enfatiza como a violência não é apenas um ato individual – está profundamente enraizada em estruturas sociais e culturais.

² Do inglês: “*Violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations*”.

A violência direta, comumente associada a agressões físicas e verbais ou, em casos extremos, à morte da vítima, de fato é a forma mais visível e tangível de violência, pois, de modo geral, há um autor ou um grupo responsável pela ação. Nessa modalidade, é possível contabilizar as vítimas por meio de estatísticas, como número de mulheres e crianças que sofrem abusos sexuais, número de mulheres vítimas de feminicídio, entre outras. Além disso, é um tipo de violência que tende a produzir uma reação imediata da sociedade, por ser mais visível e ter consequências mais perceptíveis (Galtung, 1969). No entanto, essa ênfase pode obscurecer a compreensão das formas sutis e, em muitos casos, predominantes, como a psicológica ou a simbólica, que inclui humilhações, ameaças e discriminação.

Já a violência estrutural, conforme descrita por Galtung (1969), é mais sutil e frequentemente invisível, mas igualmente devastadora, pois se manifesta em sistemas que perpetuam a pobreza, a desigualdade de gênero, a desumanização de crianças e de idosos, o racismo e outras maneiras de opressão. Esse tipo de violência vai além das formas diretas de agressão e se manifesta nas próprias estruturas sociais que perpetuam desigualdades e exclusão, atuando de forma a manter o *status quo* e a levar as populações marginalizadas a permanecerem na posição de sujeitos oprimidos através de sistemas sociais injustos. Trata-se de uma violência “invisível”, mas que está profundamente enraizada nas relações de poder que regulam a distribuição de recursos e oportunidades, como a educação, o trabalho e o acesso à saúde. Nas relações de gênero, por exemplo, a violência estrutural se materializa nas estruturas que mantêm as mulheres em posições de subordinação e de exclusão econômica, como a disparidade salarial, a falta de representação política, os obstáculos ao acesso a cargos de liderança e até mesmo a direitos básicos, como saúde e segurança. A violência estrutural também é evidente em sistemas que, de maneira menos visível, mantêm as relações patriarcais, reforçando a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres é natural ou inevitável.

Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu (2012) contribui ao discutir a violência simbólica, que ocorre quando grupos dominantes impõem suas visões e normas sobre outros, naturalizando hierarquias de poder. No contexto de gênero, a violência simbólica se manifesta nas estruturas patriarcais que cerceiam as oportunidades e a autonomia das mulheres, como no caso da violência que advém do sistema patriarcal, em que mulheres são colocadas em posições de subordinação e de subalternização.

Segundo Bourdieu (2012), a violência simbólica está relacionada a uma dominação que se exerce de maneira sutil, difícil de ser identificada, sem haver a necessidade de coerção física. A imposição dessa violência se dá através da disseminação de significados, de normas e de valores aceitos como naturais ou evidentes pelas pessoas, em especial pelos dominados, que,

geralmente, não têm a consciência de que estão sendo subjugados. O autor explica, ainda, que a violência simbólica se baseia na internalização de classificações sociais que moldam a percepção que os indivíduos têm de si mesmos e dos outros, levando as pessoas, ao se verem e se avaliarem, a utilizar esquemas de pensamento que são produtos da relação de dominação, como as distinções de classe, gênero, raça, entre outras.

Assim, a violência simbólica se torna um instrumento de controle social que leva os oprimidos e subalternizados a uma tendência de aceitar e reproduzir as normas e os valores que os subjugam. Embora esse tipo de violência se diferencie da violência direta por nem sempre produzir efeitos físicos visíveis, Bourdieu (2012) enfatiza que ela não deve ser vista como uma forma de violência “menos real” do que a violência física – pelo contrário, seus efeitos são profundos e duradouros nas relações sociais e na estruturação das identidades. Conforme Bourdieu (2012, p. 54), tal violência, para ser superada, requer uma reconfiguração das dinâmicas sociais:

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes.

Por fim, a violência cultural, que legitima as outras formas de violência, se dissemina por meio de símbolos, de crenças e de narrativas que reforçam hierarquias sociais e é responsável por naturalizar comportamentos violentos e excludentes, justificando as desigualdades e os atos de agressão, de qualquer tipo, contra grupos subalternizados. Como discute Foucault (1987), o controle social e a disciplina são mecanismos pelos quais a violência cultural se manifesta, moldando o comportamento individual e coletivo, incluindo o machismo, o racismo e os demais preconceitos contra grupos específicos. Saffioti (2001) defende que, no contexto de violências de gênero, essa forma de violência se expressa em normas e expectativas culturais que perpetuam a subordinação das mulheres e a violência contra elas, além da errônea desumanização e objetificação do corpo feminino, bem como a ideia de que a mulher, por ser inferior, pertence ao homem, ao patriarcado. Cria-se, assim, uma relação de hierarquia, em que o opressor (no caso das violências de gênero, os homens) estão em posição de superioridade.

Para Chauí (1985), a violência é uma conversão na assimetria da relação hierárquica, em termos de desigualdade, sujeitando a vítima a uma categoria de “coisificação”, forjando uma relação em que sempre há um opressor e um oprimido. Porém, essas relações de opressão nem sempre estão claras e delimitadas desde o início, visto que podem se dar no âmbito psicológico, dificultando a conscientização da vítima a respeito do que está ocorrendo. Outra importante dimensão da violência está relacionada ao afeto, pois, quando se trata de relações afetivas, as violências nem sempre são claramente identificadas. Conforme Mastroianni e Leão (2023, p. 163):

a violência sexual pode também ocorrer associada com alguma manifestação de afeto pelo agressor, o que não seria por ela caracterizado como um ato violento, significação que será atribuída pelas palavras e interpretações de terceiros.

Tendo em vista todas as complexidades expostas nesse tópico, ao analisar a conceituação de violência, bem como a violência sexual contra a criança e o adolescente, faz-se necessária a compreensão das diferentes formas de violência – estrutural, direta, simbólica e cultural – sobretudo no que tange à forma como se interconectam. Os tópicos a seguir abordarão os tipos de violência específicos que são mais relevantes para a presente pesquisa.

2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Corroborando a questão da violência contra as mulheres, será abordada, neste tópico, a compreensão da violência de gênero, suas formas de combate e diferentes modalidades.

A violência de gênero pode ser entendida como qualquer tipo de violência, seja ela física, psicológica, sexual ou simbólica, que atinge, principalmente, as mulheres. Apesar dessa afirmação, é importante destacar que as crianças e os adolescentes podem tornar-se vítimas deste fenômeno, independentemente de seu sexo biológico ou da identidade de gênero (Saffioti, 2001). No âmbito da função patriarcal, os homens têm o poder de regular o comportamento das categorias sociais, com a permissão ou tolerância da sociedade, para punir o que é considerado desvio das normas estabelecidas entre os sexos biológicos (Saffioti, 2001; Butler, 2003).

Kronbauer e Meneghel (2005) partem de uma compreensão de gênero que se fundamenta nos estudos culturais pós-estruturalistas de Scott (1995) e Butler (2003), em que o gênero é tido como um elemento fundamental da constituição das relações sociais, sendo a

diferença entre os sexos essencial na dinâmica das relações de poder. Nesse sentido, o gênero contribui para a forma como a sociedade confere *status* diferentes a homens e a mulheres: ao passo que o sexo define a anatomia fisiológica, o gênero define a dimensão social da identidade e da sexualidade (Costa-Junior, 2010).

Para Louro (1995), não se pode negar que alguns componentes, que são arbitrariamente relacionados aos gêneros, estão relacionados ao sexo biológico. Porém é necessário enfatizar, deliberadamente, a construção social e histórica sobre o corpo sexuado biológico. Já que é nesse contexto que são produzidas e reproduzidas as relações desiguais entre os sujeitos e que são estabelecidas as desigualdades a partir das diferenças. Tais desigualdades não podem ser definidas apenas pela diferenciação sexual, mas pelos contextos sociais, pelos processos históricos e pelas condições de acesso aos diferentes recursos da sociedade (Costa-Junior, 2010). Como exemplo disso, pode-se dizer que atributos de masculinidades e feminilidades são ensinados por diferentes processos sociais, definindo lugares de poder ou de submissão a serem ocupados por homens e mulheres no campo social (Butler, 2003).

É nesse contexto que as identidades, os modos de vida e as práticas culturais se configuram e marcam as desigualdades. Esse sistema que organiza as relações humanas de modo a privilegiar os homens em detrimento das mulheres é chamado de patriarcado. Como expresso por Louro (1995, p. 6):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental.

Observa-se, ainda, que as concepções de gênero diferem não apenas nos momentos históricos, como também conforme a inserção do indivíduo em grupos religiosos, étnicos, raciais e de classe (Louro, 1995). Essa lógica dicotômica pressupõe a feminilidade e a masculinidade como opostas entre um polo dominado e outro dominante. Em linearidade com essa afirmação, os autores Kronbauer e Meneghel (2005, p. 696) mencionam:

Violência de gênero pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto).

É válido destacar que a violência de gênero praticada pelo patriarca pode submeter outro homem como vítima e nada impede que uma mulher possa perpetrar este tipo de violência. A sociedade pode orientar-se em três hierarquias: de gênero, de etnia e de classe. Dentro desse estigma, o patriarca é considerado detentor de numerosos privilégios, independentemente da etnia ou classe (Saffioti, 2001).

Segundo Saffioti e Almeida (1995), o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação descreve um processo de sujeição social que integra duas dimensões: a dominação e a exploração, entendidas como partes interligadas de uma mesma realidade. Nessa ligação, ambas as esferas se conectam e não devem ser separadas. Primeiramente, porque esses dois processos não são independentes, mas estão interconectados. Em segundo lugar, porque a concepção de exploração pode ser excessivamente limitada, restrita à economia. Um exemplo disso é o abuso sexual, que pode envolver exploração econômica (como no caso da prostituição) ou não ter fins lucrativos, sendo motivado apenas pelo prazer do agressor. Portanto, a exploração-dominação é entendida como um processo único, com duas dimensões complementares, e não como duas realidades separadas.

Bourdieu (2012) afirma que o conceito de dominação simbólica se evidencia pela força de ordem masculina, que não tem necessidade de ser justificada. A ordem social atua como uma grande máquina simbólica, que reforça e ratifica a dominação masculina em que está baseada. Isso é refletido na divisão social do trabalho, em que as atividades são rigidamente distribuídas entre os sexos, com papéis e responsabilidades definidos de maneira restrita, incluindo o lugar, o momento e os instrumentos atribuídos a cada um. Nesse sentido, a dominação é uma forma de violência de gênero.

Para além da violência de gênero, a violência intrafamiliar corporifica as meninas aos abusos sexuais perpetrados pela figura paterna, sendo mulheres e suas filhas as vítimas mais evidentes da sociedade, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Muitas mães são consideradas “mães não protetivas” por permitirem a violência sexual contra suas filhas por questões culturais, patriarcais ou financeiras, ou seja, são partícipes desse crime por incentivar, consentir, não reagir, entre outros fatores (Narvaz & Koller, 2006).

Ainda segundo as pesquisadoras Narvaz e Koller (2006), muitas dessas mães são vítimas de seus parceiros por sofrerem violência física, psicológica e sexual na relação conjugal. Nota-se, nesse cenário familiar abusivo, crenças rígidas na distribuição de papéis, advindos do sistema sexista patriarcal presente em nossa sociedade, visto que as políticas estereotipadas de cunho sexual esperam que os homens estabeleçam as políticas de poder e de controle social (Saffioti & Almeida, 1995). Nesse sistema, espera-se que a mulher se submeta ao homem, sendo essa a organização do sistema patriarcal. Na trama de vida dessas mães e meninas, encontramos um discurso culpabilizante, que postula a existência de padrões transgeracionais de violência de gênero legitimados pela cultura em discursos científicos e sociais que culpabilizam as mulheres pelas violências sofridas (Fonseca, 1997; Saffioti, 2001; Foucault, 2019).

Outra crença de gênero que parece legitimar os abusos é a de que os homens são sexualmente mais fortes e não podem se controlar, devendo ser servidos, e não contrariados. Bem como atendidos em todas as suas necessidades, inclusive as sexuais, às quais mulheres e filhos devem se submeter para garantir a manutenção e a sobrevivência da família (Narvaz & Koller, 2006).

Além disso, é comum que as vítimas de violência sexual sejam filhas de mães que também sofreram abuso sexual na infância. Diante das violências sofridas pelas mães em suas famílias de origem, estas são levadas a normalizar ou a ignorar a violência por já terem passado por experiências semelhantes. Esse processo ocorre porque, ao viverem em contextos em que a violência era uma realidade constante, essas mulheres podem internalizar tais comportamentos como parte da dinâmica familiar e social. Como resultado, podem não as perceber como anormais ou até mesmo aceitá-las como uma parte inevitável de suas vidas (Sufredini et al., 2016; Silva, 2020).

Além da aceitação ou da normalização do ato, muitas dessas mães vivenciaram, na infância, diversos tipos de violências, como física, psicológica, além de situações de abandono e de trabalho infantil. Isso pode influenciar na conduta na hora de proteger seus(as) filhos(as), já que elas não tiveram um modelo parental cuidadoso e afetivo e, por isso, nem sempre se atentam às necessidades de seus(as) filhos(as) ou sentem dificuldade em fazê-lo (Santos & Dell'Aglio, 2009; De Antoni et al., 2011).

Várias dessas mulheres estão aprisionadas em relacionamentos violentos e enfrentam dificuldades no exercício materno, principalmente se tratando da proteção de suas filhas. Isso se deve, em primeira razão, pela naturalização das situações de abuso, em conjunto com a desconsideração das condições geracionais, fatores que levam a um desenvolvimento de

relações de rivalidade com suas filhas – quando as mães, na verdade, deveriam ampará-las. Diante disso, surge o sentimento de ambiguidade por parte das mães, pois optam por defender o agressor e hostilizar a vítima, demonstrando que a filha é a culpada por seduzir o agressor. Em outros casos, a mãe não denuncia por medo de perder a guarda da criança e, consequentemente, perder o auxílio governamental que recebe por ter filhos; outras não denunciam por receio do companheiro ser preso em contextos em que a família depende financeiramente dele (Sufredini et al., 2016; Silva, 2020).

De maneira geral, quando as meninas revelam o abuso, elas o fazem para uma pessoa próxima, como mãe, avós e professora. Na maioria dos casos, as mães acreditam no relato das filhas e tomam medidas protetivas, como buscar ajuda de órgãos competentes em delegacias, em conselhos tutelares ou em hospitais (Azevedo & Guerra, 1989; Sufredini et al., 2016). No entanto, uma parcela das mães apresenta sentimentos contraditórios em relação ao relato das filhas, o que pode levar à falta de suporte protetivo ou ao esforço de preservar o vínculo afetivo com o suposto abusador. As reações ambivalentes dessas mães são marcadas por sentimentos conflitantes, como raiva, amor e afeto em relação ao agressor, além das incertezas sobre a veracidade do abuso sexual. Essas atitudes podem dificultar a adoção de medidas adequadas para proteger a criança ou o(a) adolescente (Sufredini et al., 2016; Bonfanti & Gomes, 2018; Lopes, 2022).

A dominação das mulheres pelos homens é um processo histórico que ocorre desde o período colonial (Saffioti, 1969; Almeida, 2004) e vem perpassando gerações, sendo reconfigurado por algumas mudanças significativas (Lacerda, 2010). Um exemplo dessa reconfiguração é o feminismo, que surgiu como um movimento nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, ao apresentar a existência de uma desigualdade de direitos entre homens e mulheres e ao denunciar como as experiências masculinas são privilegiadas, enquanto as femininas são negligenciadas ou deturpadas (Costa-Junior, 2010).

Portanto, as questões da dominação patriarcal e da opressão referem-se às relações de poder em posições assimétricas, desiguais e injustas, a partir das quais não há espaço para trocas, nem responsabilidades recíprocas e compartilhadas. A dominação só pode ser entendida como uma relação de exploração de poder. A definição de mulheres como esposas e mães estimula a dependência feminina, bem como a obrigatoriedade de cuidado com o outro e dificilmente consigo mesmas (Goodrich et al., 1990). Enfim, diante dessa dominação patriarcal estabelecida pelos homens quanto ao sexo biológico, somada às relações de força e de poder, gera-se a violência de gênero (Saffioti & Almeida, 1995).

Nos próximos tópicos, serão abordados os temas da violência sexual infantil, suas incidências, diferenciações e os efeitos causados nas crianças.

2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Entre muitas das mazelas que assolam a sociedade – como a fome, a ausência de moradia, a pobreza, a falta de acesso à saúde e à educação de qualidade – está a violência sexual infantil e na adolescência, que, segundo o Governo Federal (Brasil, 2023), acomete cerca de 17,5 mil jovens, entre eles crianças e adolescentes. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), no mundo, cerca de 1 bilhão de crianças são vítimas de vários tipos de violência todos os anos. Esses são dados que preocupam as entidades responsáveis e a população em geral. Mesmo com tantas informações disponíveis sobre o tema e com campanhas de conscientização nacionais e internacionais, a problemática ainda se perpetua.

É importante definir que a violência sexual contra crianças e adolescentes é todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente. Com o objetivo de utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente (Brasil, 2010). Azevedo e Guerra (1989) definem esse tipo de violência como todo ato sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente menor de dezoito anos.

O artigo 217-A do Código Penal tipifica o crime de abuso sexual infantil equiparado ao estupro de vulnerável, conforme a Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), que alterou o Código Penal:

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos (Código Penal).

Algo a ser considerado, primeiramente, é que a violência sexual infantil pode vir acompanhada de outros tipos de violência, visto que não são excludentes. Nesse sentido, é preciso discorrer sobre os seguintes tipos de violência praticados contra crianças e adolescentes:

I) Violência física: é compreendida como qualquer conduta que agrida a integridade física da criança. Não necessariamente precisa deixar marcas físicas, mas qualquer agressão que pode variar entre tapas, empurrões, socos entre outros (Brasil, 2017);

II) Violência psicológica: é caracterizada por atitudes de depreciação por parte de adultos, que prejudicam a autoestima da criança ou do adolescente. Esse processo pode levar a uma crença de inferioridade, sofrimento contínuo e sentimentos de culpa, de mágoa e uma autoimagem negativa que pode perdurar por toda a vida da vítima. Pode ser expressa também pelo abandono afetivo, pela rejeição, ridicularização, manipulação e pelo isolamento da criança ou do adolescente. Tal prática pode afetar o bem-estar mental e emocional das vítimas (Brasil, 2017);

III) Violência sexual: é praticada por adultos com as crianças ou adolescentes, envolvendo carícias, exibicionismo, relação sexual com penetração, exposição a cenas sexuais, comércio ou a utilização ilegal da sexualidade da vítima com fins lucrativos, prostituição, manipulação, suborno ou qualquer ato que limite ou infrinja a sexualidade da vítima (Brasil, 2017);

IV) Negligência/abandono: esse tipo de violência é caracterizado pela ausência de cuidados essenciais que uma criança ou adolescente necessita ter, tanto físicos, afetivos e sociais. Isso pode ocorrer por diversos motivos, incluindo a falta de assistência por parte da família ou por descuido, em que os responsáveis falham em garantir condições mínimas para o desenvolvimento saudável da criança. É importante destacar que a negligência não se resume à ausência de cuidados materiais, mas também inclui a ausência de suporte emocional e social, o que pode prejudicar o crescimento saudável da criança ou do adolescente (Brasil, 2017);

V) Trabalho infantil: a exploração do trabalho infantil é vista como uma manifestação de abuso de poder, em que os adultos se aproveitam da vulnerabilidade das crianças para satisfazer suas próprias necessidades, desrespeitando e violando seus direitos fundamentais. Diversas famílias obrigam seus filhos a trabalharem em busca de benefício próprio sob os ganhos obtidos por meio da criança. A relação desse fenômeno pode estar ligada à pobreza dessas famílias, o que pode levar o menor de idade a trabalhar para auxiliar no sustento da casa, o que compromete a educação, a saúde e o bem-estar (Brasil, 2017).

É importante diferenciarmos brincadeira sexual entre crianças e abuso sexual infantil. A primeira se caracteriza pelo comportamento de duas crianças, de idades semelhantes ou próximas, que, com o consentimento mútuo, exploram o corpo uma da outra, realizando movimentos que podem ser instigantes para o ato sexual e/ou mostrando seus genitais. Essa

prática é, geralmente, uma fase do desenvolvimento natural da curiosidade infantil sobre o corpo e a sexualidade. No entanto, é crucial que haja a presença de consentimento mútuo e que isso não envolva coação, manipulação ou uma diferença significativa de poder ou idade entre as crianças. Do contrário, quando há manipulação ou uso da força de uma das partes, mesmo entre duas crianças, é considerado abuso sexual, e não mais brincadeira sexual entre crianças (Costa, 2019).

Já o abuso sexual infantil é qualquer tipo de relação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, em que o adulto se utiliza da força física, do autoritarismo e do poder sobre a vítima e a obriga a manter relações sexuais indesejadas (Costa, 2019).

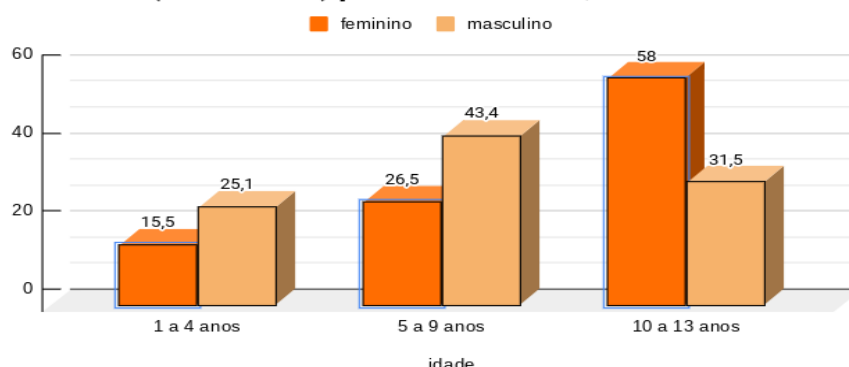
De acordo com o Fórum de Segurança Pública (2023), foram registrados 73.024 casos de estupros, dos quais, em 40.659, a vítima tinha até 13 anos. Esse número representa o equivalente a 61,4% de estupros registrados em 2022. É válido destacar que a maioria dos casos registrados no Brasil é de meninas entre 10 e 13 anos. Já os meninos representam cerca de 14% dos casos notificados, sendo que 43,4% deles têm entre 5 e 9 anos de idade.

Embora a violência sexual seja geralmente mais denunciada em meninas, os meninos também são vítimas desse tipo de crime, porém em menor número total. No entanto, o dado mais revelador é que, em algumas faixas etárias, como de 1 a 9 anos, os meninos apresentam uma porcentagem maior de vítimas de estupro do que as meninas, como pode ser observado neste gráfico:

Gráfico 1

Dados retirados do Fórum de Segurança Pública de 2023

Faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos) por sexo no Brasil, 2022.



Fonte: Produção da própria autora.

Os dados mencionados no gráfico sugerem que, apesar da prevalência mais alta entre as meninas em termos gerais, os meninos, especialmente nas idades mais precoces, podem também estar mais expostos à violência sexual. Esse fenômeno, que não costuma receber a mesma visibilidade nas discussões sobre violência sexual, indica a necessidade de aumentar a conscientização e o apoio à prevenção e ao tratamento dessas ocorrências, abordando o estigma social e cultural que pode dificultar o registro e o tratamento desses casos.

Um aspecto que merece destaque é o local no qual as violações mais acontecem. Tem-se a residência da criança, com 72% dos casos; a via pública, com 6,4%; a área rural, com 3,4%; a área urbana, com 3,0%; a escola e a creche, 3,0%; o hospital, com 0,7%; a internet, com 0,2%; e outros, com 11,1% (Fórum de Segurança Pública, 2023).

É notório, diante dos dados mencionados, que a residência das vítimas é o local onde mais ocorrem os crimes de violência sexual, totalizando 72% dos casos. Logo, os autores do crime, em sua maioria, são familiares próximos, sendo os pais e os padrastos os maiores perpetradores, representando 44,4% das ocorrências. Essa linha segue em declínio de valores, com 7,4% dos casos atribuídos aos avós, 7,7% aos tios, 3,8% aos primos, 3,4% aos irmãos e 4,8% a outros familiares. Além disso, tem-se 6,4% dos abusos atribuídos a vizinhos, 18,0% a conhecidos e 4,1% desconhecidos (Fórum de Segurança Pública, 2023).

Em relação à cor/raça das crianças (até treze anos) vítimas de abuso sexual, o Fórum de Segurança Pública (2023) revelou que 56,8% são negras e 42,3% são brancas; 0,5% são indígenas e 0,4% são amarelas. Esses números demonstram que a maioria dos casos registrados dos estupros em 2022 é de meninas negras.

O artigo 13 do ECA (Brasil, 1990), alterado pela Lei n. 13.010 de 2014, estabelece que, nos casos de suspeita ou de confirmação de castigo físico, tratamento cruel, degradante ou de maus-tratos contra crianças ou adolescentes, esses casos devem ser, obrigatoriamente, comunicados ao conselho tutelar da localidade. A medida visa garantir a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, sem prejuízo de outras providências legais que possam ser necessárias para assegurar sua segurança e seu bem-estar. Essa alteração reforça o compromisso do Estado e da sociedade em prevenir abusos e garantir um ambiente seguro para o desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes (Brasil, 2014).

Com isso, pode-se estabelecer que qualquer pessoa envolvida diretamente nos cuidados, na proteção ou no amparo de crianças e de adolescentes, independentemente de seu cargo ou função, pode ser responsabilizada por omissão, obstrução ou demora no cumprimento das obrigações legais relacionadas à proteção infantil. Essa responsabilização pode ocorrer tanto de forma culposa (sem intenção), quanto dolosa (com intenção), conforme as circunstâncias do

caso. A ideia é garantir que todos os envolvidos cumpram suas responsabilidades de forma eficiente e em tempo hábil para proteger os direitos das crianças e dos adolescentes (Brasil, 2023).

Ainda no âmbito legal, a ideia de infância e adolescência como portadoras de características e necessidades específicas é uma conquista recente, que se deu com a implantação do ECA, pela Lei n. 8.069 de julho de 1990, que afirma:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF, 2018), os dados analisados notificam que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em todos os países do mundo, independentemente dos níveis de renda, educacionais e sociais. Embora ambos os gêneros sejam impactados, as meninas, em especial na adolescência, enfrentam maior risco e vulnerabilidade. O relatório também aponta que a escassez dos dados acerca de denúncias contra os meninos pode sugerir que eles estão imunes ao evento, o que não é verdade – os meninos também são vítimas de violência sexual. Nos países com informações disponíveis, quase 90% das meninas que sofreram sexo forçado tinham entre 10 e 19 anos na primeira ocorrência de violência.

Segundo Mastroianni e Leão (2023), a violência sexual pode ser praticada em duas formas: o abuso e a exploração sexual. O primeiro consiste na utilização da sexualidade de crianças e de adolescentes para realizar atos de natureza sexual. Já a exploração envolve o uso desses indivíduos para fins sexuais, geralmente com o objetivo de lucro em troca de dinheiro, de objetos de valor ou de outros bens. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (2018), a exploração sexual comercial pode ocorrer de quatro formas:

1. Prostituição: envolve práticas em que indivíduos são aliciados ou forçados a se envolver em atividades sexuais com o objetivo de lucrar financeiramente com a exploração de seus corpos. Geralmente, isso ocorre por meio de uma rede de aliciadores, agenciadores, facilitadores e outras pessoas que se beneficiam financeiramente da exploração sexual das vítimas. Embora muitas vezes haja intermediários que controlam, manipulam e exploram as vítimas, a exploração

sexual também pode ocorrer sem intermediários, em que a pessoa pode ser diretamente forçada ou cooptada para a prostituição;

2. Pornografia infantil: refere-se à produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, publicação ou divulgação de materiais pornográficos que envolvem crianças e adolescentes. Esses materiais podem incluir fotografias, vídeos, desenhos, filmes e outros meios, com o objetivo de explorar sexualmente menores de idade. Esse crime pode ocorrer em diferentes formatos, incluindo pela internet, onde a facilidade de disseminação de conteúdo torna ainda mais alarmante a gravidade dessa prática;
3. Tráfico de crianças para fins sexuais: refere-se à promoção ou à facilitação do deslocamento de crianças e de adolescentes, seja dentro do território nacional ou para outros países, com o objetivo de explorá-las sexualmente, como, por exemplo, em atividades de prostituição ou outras formas de exploração sexual. Esse crime envolve uma rede de indivíduos ou grupos que se aproveitam da vulnerabilidade das vítimas, forçando-as ou enganando-as para que sejam traficadas e submetidas a abusos sexuais;
4. Turismo com motivação sexual de crianças: envolve a exploração sexual de menores em destinos turísticos ou demais países, muitas vezes com a participação ou a negligência de diversos estabelecimentos comerciais.

Ainda segundo Mastroianni e Leão (2023), a violência sexual pode ocorrer de duas formas. A primeira forma consiste no contato físico, que inclui toques em áreas sexuais, carícias ou ato sexual com penetração, oral, vaginal ou anal. Já a segunda maneira se dá sem contato físico, com abuso sexual verbal, que inclui conversas sobre atividades sexuais com a intenção de despertar interesse ou chocar a vítima; exibicionismo, que envolve a exibição das partes íntimas para uma criança ou adolescente; e, por fim, o voyeurismo, que se refere à observação de uma criança ou de um adolescente nu ou em trajes mínimos. Todas essas condutas são consideradas formas de abuso.

A violência sexual pode ocorrer de duas maneiras, intrafamiliar e extrafamiliar, e ambas ocorrem em diferentes locais e de formas distintas. Em cada situação, o agressor age de maneira diversa (Azevedo & Guerra, 1989).

A *violência sexual intrafamiliar*, também conhecida como incesto (Neves et al., 2010), trata-se da relação de algum parente sanguíneo ou adotivo com a vítima e pode ocorrer em diversas configurações, entre múltiplas relações, tais como: pai-filha; irmão-irmã; mãe-filha,

tio(a) e sobrinho(a), avôs(ós) e netos(as), bem como entre primos. Já a *violência sexual extrafamiliar* ocorre entre um não membro da família e uma criança. É comum que o agressor seja um amigo ou um empregado da família, um professor na escola, um vizinho ou até mesmo um total desconhecido da vítima ou da família (Neves et al., 2010).

Tratando-se da *violência sexual intrafamiliar*, é importante ressaltar que, em grande parte dos casos, é cometida pelos pais da criança (Elsen et al., 2011) ou, então, por parentes próximos (Temer, 2023). Considerando que esses familiares deveriam exercer a função de proteger e de educar a criança, gera-se uma relação distorcida, trazendo instabilidade emocional à vítima, que, não raro, é ameaçada pelo agressor. Tal situação desperta nela sentimentos de medo e, principalmente, de culpa pela situação (Neves et al., 2010).

Muitas vezes, o familiar que comete esse tipo de crime passa um bom tempo seduzindo, dando presentes, mostrando-se carinhoso, amigável, confiável, com o intuito de cercar a vítima, deixando-a facilmente manipulável e seduzida (Lopes, 2022). Essa manipulação, como a autora explica, é um recurso que ajuda o agressor a ser bem-recebido e amado pela criança, já que ele investe tempo para forjar uma imagem e criar um falso espaço de segurança e confiança, iniciando suas relações com poucas aproximações físicas e psicológicas, aumentando sucessivamente o contato com a vítima. Quando o abuso de fato ocorre, a criança já está totalmente envolvida e manipulada pelo agressor (Santos, 2011).

Agora, tratando-se da *violência sexual extrafamiliar*, é correto afirmar que é cometida por pessoas de fora do núcleo familiar da criança, dentro dos espaços de socialização, como escolas, cursos extracurriculares, igrejas, consultórios, casa de amigos dos pais, entre outros locais. Assim, o autor do crime pode ser um educador, um profissional da saúde, um padre, um cuidador etc. Porém, nesse tipo de violência, nem sempre o autor do crime investe tempo na sedução da vítima e, muitas vezes, o abuso acontece de forma não premeditada, já que ele pode ser um total desconhecido da criança e se aproveitar da fragilidade do meio, da vítima e da situação (Neves et al., 2010).

Azevedo e Guerra (1989), Florentino (2015) e Azevêdo e Amorim-Gaudêncio (2019) mencionam que grande parte das violências sexuais ocorrem dentro de casa, no laço familiar, contrariando as muitas asseverações, já que, por um lado, a família serve como forma de proteção e, por outro, é perpetuadora desse fenômeno, deixando o menor assustado, confuso e com medo de relatar a alguém, receando a retaliação, já que o agressor é um parente próximo.

Louro (1995) e Groissman (1996) abordam que é na família que se aprende as primeiras condutas sociais, portanto é um espaço que possui um papel privilegiado de reprodução de uma ideologia, no qual são ensinados os papéis sociais e as primeiras noções de gênero. A submissão

e a aceitação de valores advêm da família tradicional, na qual o controle dos pais é naturalizado como necessário para produzir filhos obedientes, cidadãos sem voz e submissos a todas as autoridades. Essa reprodução e manutenção das relações de dominação se expressam de formas ideológicas e simbólicas, tornando-se, assim, um processo de aprendizagem em que são diferenciados os papéis sexuais dos meninos e das meninas (Costa-Junior, 2010).

Osório (1997) e Narvaz e Koller (2006) argumentam que o termo família, que advém do vocabulário latino *famulus*, utilizado para designar coisas e pertences do senhor, como mulher e filhos, é associado às formas tradicionais de organização familiar, que classifica as mulheres e os homens em papéis de gênero estereotipados.

Segundo Louro (1995), Groissman (1996) e Narvaz e Koller (2006), é possível constatar que, embora a família tradicional tenha o anseio de demonstrar para a sociedade seus benefícios em cuidar do jovem e de uma imagem perfeita. Há, nessa relação, diversos problemas, como o abuso de poder da figura masculina perante a mulher e a seus filhos, as violências física, psicológica e sexual, bem como a questão equivocada da diferenciação moral das identidades de gênero: meninos têm mais liberdades que as meninas em alguns aspectos; as meninas, por sua vez, são mais frágeis e são ensinadas a respeitar as vontades dos homens como superiores.

Elencando os conceitos estudados pelos autores citados, pode-se afirmar que o ambiente familiar deveria ser saudável em prol do desenvolvimento infantil, mas, lastimavelmente, não é essa a realidade. Essa afirmação dialoga com a Lei n. 8.069, de 13 julho de 1990, que define a família como uma das responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Bonfanti e Gomes (2018) argumentam que ocorre uma submissão das pessoas que convivem com a vítima, devido à influência da estrutura social, patriarcal e machista, que estimula o crime da violência sexual. Sendo assim, quando o agressor comete o delito, ele encontra-se em uma situação que pode ser vista como vantajosa. Quando o homem é o chefe

da casa, mantenedor da família, provedor de todos os recursos e da organização familiar, torna-se mais difícil a revelação e a denúncia do ato de violência. A mãe da criança, em vários casos, tem ciência dos abusos ocorridos, porém, por questões financeiras e até mesmo culturais, influenciada pelo patriarcado, não consegue denunciar o autor da violência, deixando a vítima à mercê do agressor (Lopes, 2022).

Contudo, quando nem a mãe e nem outro familiar estão cientes do crime, o agressor necessita do silêncio da vítima, por isso, antes de cometer a violência sexual, ele manipula, seduz, tenta ganhar a confiança da criança e até mesmo de adultos próximos. Demonstrando que seu comportamento é pouco suspeito, sugestivo apenas de carinho e de afeto com a criança (Cunha, 2021). Os agressores mostram-se aparentemente “normais”, sem muitas diferenças das demais pessoas; não usam disfarces nem máscaras e agem de forma extremamente cuidadosa, sem deixarem vestígios do que estão planejando ou já cometendo (Cunha, 2021).

Quando a violência sexual ocorre, a vítima nem sempre tem conhecimento do que está acontecendo. Assim, até perceber que aquele carinho e afeto, supostamente dados pelo agressor, são, na verdade, incongruentes, a criança já está dominada pelo agressor, que a faz pensar que ela é a culpada (Schreiner, 2008). Quando a violência sexual é revelada, a criança pode acabar sendo culpabilizada pelo rompimento familiar, pela situação agravante do julgamento e pela posterior prisão do agressor. Nesse sentido, Schreiner (2008) afirma que as roupas que a menina usa, o seu comportamento e a questão de seu gênero (o feminino) servem, erroneamente, como forma de justificar o injustificável, induzindo mais uma vez à culpa a menina, que já o faz internamente.

A violência sexual e o comportamento machista e patriarcal devem ser extintos. É necessário que haja um enfrentamento e que informações mais aprofundadas sejam disponibilizadas para a população sobre sexualidade, violência sexual, identidade de gênero e orientação sexual (Louro, 1995; Bonfanti & Gomes, 2018; Russo & Almeida, 2024). Ainda segundo os autores, boa parte da população teme que, nas escolas, sejam aplicados recursos educativos direcionados ao combate da violência sexual, da gravidez na adolescência, da violência e da desigualdade de gênero. Contudo, é preciso que esses recursos sejam abordados com a comunidade, abrangendo professores, funcionários e demais alunos, com o intuito de prevenir o abuso e os diversos tipos de violência (Russo & Almeida, 2024).

Neste tópico, foram expressas as definições dos tipos de violências, incluindo a sexual, os números de ocorrências e seus subgêneros, as leis que protegem as crianças, a diferença entre brincadeira sexual e abuso sexual, bem como a relação da vítima, da mãe e de parentes próximos ao agressor. O próximo tópico se destinará, exclusivamente, aos efeitos causados nas

crianças diante da violência sexual na infância e na adolescência, trazendo algumas instituições que protegem e fazem encaminhamentos com esse público.

2.3 EFEITOS CAUSADOS NAS CRIANÇAS DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Compreendemos que a violência sexual gera efeitos nas crianças e nos adolescentes de diversas ordens, que comprometem seu desenvolvimento físico, emocional, educacional, social e, inclusive, influenciam sua vida adulta. Neste tópico, serão esboçados esses efeitos, coadunando com pesquisas de autores e indicando algumas instituições que amparam e protegem esse público.

Segundo pesquisas de Chauí (1985), Azevedo e Guerra (1989), Neves et al. (2010), Lima e Diolina (2013), Bonfanti e Gomes (2018), Leão (2020), as consequências da violência sexual nas crianças e nos adolescentes são extensas, dolorosas e diversas (Florentino, 2015). Tais atos desrespeitam e reduzem as garantias de respeito, de liberdade e de dignidade previstos pelo ECA (Brasil, 1990).

Ainda segundo Romaro e Capitão (2007) e Florentino (2015), a violência sexual intrafamiliar é, culturalmente, a mais frequente e, em geral, a que mais causa sintomas psíquicos extremamente negativos às vítimas.

O que se observa na literatura existente é a concordância entre os especialistas em reconhecer que a criança vítima de abuso e de violência sexual corre o risco de uma psicopatologia grave, que perturba sua evolução psicológica, afetiva e sexual (Romaro & Capitão, 2007, p. 67).

Os efeitos causados nas vítimas, segundo Furniss (1993) e Mastroianni e Leão (2023), variam de acordo com o grau de algumas condições ocorridas no momento do abuso sexual, tais como: idade da vítima, duração, quantidade dos abusos, grau de violência estabelecido entre o agressor e o menor de idade, proximidade entre o agressor e a vítima e quantidade de ameaças psicológicas e físicas feitas pelo abusador. Todos esses casos afetam a vítima de maneiras distintas, podendo acarretar problemas de diversas ordens, como sequelas físicas, psíquicas, sociais, emocionais e sexuais, que poderão comprometer drasticamente a qualidade de vida da vítima (Machado, 2013; Mastroianni & Leão, 2023).

Segundo os estudos de Day et al. (2003), a criança, quando está sofrendo violência sexual, pode demonstrar alguns sintomas como: medo do agressor e de pessoas do mesmo sexo,

crises psicóticas, isolamento social, depressão, quadros de ansiedade, distúrbios do sono e alimentares, sentimentos de rejeição, confusão mental, vergonha, medo excessivo, dificuldade de aprendizagem e distração. Dialogando com Prado (2004, p. 64), a autora menciona aqui:

Os sintomas atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas.

Como grande parte dos abusos ocorre de maneira intrafamiliar. A criança sente uma angústia em ter que guardar esse segredo e as suas dores internas relacionadas ao ato, comprometendo, assim, as suas relações com os colegas, com os seus amigos mais próximos e, sobretudo, com seus familiares, já que essa dor oprime, viola e envergonha a criança (Cunha et al., 2008; Lima & Diolina, 2013; Machado, 2013).

Especificamente com relação ao processo depressivo causado pela violência sexual, é importante mencionar que esta vivência pode estar atrelada ao trauma exemplificado pelo transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Esse transtorno se manifesta por meio de ansiedade nas vítimas de abuso sexual perpetrado na infância, reunindo sinais e sintomas físicos e psicológicos que levam esses indivíduos a reviverem constantemente a violência a que foram expostos (Cruz et al., 2021).

Ainda no que se refere às consequências psicológicas da violência sexual, as vítimas costumam apresentar quadros sintomáticos de ansiedade e de depressão causados pelas lembranças da violência. Alguns desses quadros podem gerar evitação psicológica, fuga de sentimentos, pensamentos negativos, interesse reduzido em atividades habituais, solidão, perda de habilidades já adquiridas, dificuldade de concentração, irritabilidade, entre outros (Azevedo & Guerra, 1989; Neves et al., 2010; Machado, 2013). As vítimas de violência sexual tendem a apresentar um comportamento social reduzido, quando comparadas às crianças que não sofreram nenhum tipo de abuso, podendo ser mais retraídas e estabelecer relacionamentos superficiais (Flores & Caminha, 1994).

Como consequência dos sintomas mencionados, segundo Lira et al. (2017), a autoestima das vítimas sofre impactos extremamente negativos de intenso sofrimento, que podem culminar em quadros depressivos. Esses quadros podem ser comparados a uma intensa inferiorização emocional e física. Dentro dessa ótica, a vítima, muitas vezes, recorre à

automutilação, que pode assumir uma conotação autopunitiva, provocando dor física como forma de atenuar a dor emocional. Sendo assim, observa-se uma concomitância entre quadros depressivos e possíveis comportamentos suicidas.

Outra consequência que pode surgir em crianças vítimas de violência sexual é o comportamento sexual inapropriado, a curiosidade ou o desejo de obter conhecimento sexual fora do comum para a idade (Gabel, 1997; Machado, 2013). Esse interesse inapropriado pode provocar outros tipos de transtornos, como disfunções sexuais na fase adulta, falta ou perda do desejo sexual, impotência sexual, disfunções orgásticas, ejaculação precoce, dispareunia (dor durante a relação sexual), transtorno do comportamento sexual compulsivo e amenorreia (ausência de menstruação). Entre outros problemas que comprometem a saúde sexual da pessoa adulta que foi vítima de abuso sexual na infância (Romaro & Capitão, 2007). Tendo em vista que é na infância que o indivíduo começa a conhecer o próprio corpo, a descoberta precoce da sexualidade, por meio da estimulação de regiões que possam transmitir prazer, tende a ser prejudicial para a vítima, que ainda não possui maturidade suficiente para lidar com as questões relacionadas à sua sexualidade (Lira et al., 2017).

No caso específico da violência sexual cometida contra meninas, é necessário mencionar o risco de exposição à gravidez na infância ou na adolescência, bem como o risco de contrair infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) (Houston et al., 2013). Segundo Lira et al. (2017), a gestação de uma garota na infância ou na adolescência pode trazer graves consequências emocionais. Porém, quando a gravidez é fruto de uma violência sexual perpetrada por um membro da família, a situação torna-se ainda mais complexa, gerando sentimentos perturbadores, marcados pela dor, que podem transitar entre o afeto, o carinho e o medo do agressor (Lima & Diolina, 2013).

É necessária uma conduta pautada na proteção e na criação de uma rede de apoio às crianças vítimas de violência sexual, que, acima de tudo, as incentive a relatar suas experiências a um profissional. Essa rede de apoio é constituída pelos relacionamentos que a criança estabelece, envolvendo elementos de afetividade, convivência e confiança, que sustentam a construção e a manutenção da assistência necessária diante desse fenômeno (Pase et al., 2020; Nunes & Moraes, 2021). Com isso, pode-se estabelecer que se constituem como rede de apoio a família, a escola, o conselho tutelar, o CRAS, o CREAS, o Ministério Público, os postos de saúde em geral e os hospitais (Nunes & Moraes, 2021).

Dentro desse contexto, Coutinho e Moraes (2018) afirmam que todas essas instituições podem contribuir para a criação de vínculos positivos entre a criança e o profissional que realiza o atendimento. Mas também podem, inadvertidamente, fortalecer e aumentar o sofrimento da

criança, pois, ao revelar o segredo da violência perpetrada, a vítima se expõe e necessita de um acolhimento adequado. Além disso, os jovens podem demonstrar outros sintomas em relação à violência sofrida. Segundo Cruz et al. (2021), muitas vítimas, quando chegam aos serviços de saúde com várias adversidades como depressão, disfunções sexuais, envolvimento com drogas e álcool, comportamento retraído e automutilação, sofrem novamente com a negligência de alguns profissionais.

Agora, tratando-se especificamente das instituições que podem amparar as vítimas de violência sexual, há os hospitais que devem dispor de serviços especializados, com protocolos determinados na linha de cuidado e proteção, gerando o acolhimento necessário. Os profissionais de saúde, como enfermeiros e médicos, que frequentemente realizam atendimentos iniciais, desempenham um papel crucial na identificação de casos de violência, destacando-se a violência sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2024). Através da anamnese e do exame físico, esses profissionais têm a oportunidade de avaliar não apenas o estado de saúde da criança, mas também seu comportamento, sua rotina e a dinâmica familiar. Esse processo pode ajudar a identificar sinais como marcas físicas, mudanças no comportamento ou outros indicativos de que a criança ou o adolescente pode estar sofrendo violência (Nunes & Moraes, 2021). Como mencionam as autoras aqui:

O profissional de saúde deve guiar suas condutas no sentido de: a) garantir o atendimento específico à saúde sem prejuízo das ações de proteção e vice-versa; b) estimular a criança ou o(a) adolescente e suas famílias a adotarem estratégias de proteção para enfrentarem as dificuldades geradas a partir do momento da revelação da violência sofrida; c) ouvir, atenta e exclusivamente, a criança ou o adolescente, evitando interrupções para não fragmentar todo o processo de confiança adquirido; e d) explicar à criança ou ao adolescente o que irá acontecer em seguida, como a equipe irá proceder, ressaltando sempre que ela será protegida; dentre outras orientações, quanto às atitudes positivas que o profissional de saúde deve ter como diretrizes para sua atuação (Nunes & Moraes, 2021, p. 4).

Embora o sistema de saúde seja um defensor árduo de proteção à criança e ao adolescente, é importante sinalizar que há alguns agravos nos atendimentos. É frequente que os profissionais busquem apenas sinais visíveis, o que dificulta a identificação do crime. Há também a ausência de conhecimento por parte dos profissionais sobre os procedimentos a serem seguidos, devido à má-formação e à capacitação insuficiente, do medo de envolvimento

legal, da precariedade de recursos, do receio de realizar um diagnóstico incorreto, aos preconceitos, entre outras questões diversas que prejudicam o sistema de saúde – logo, prejudicam o diagnóstico, o encaminhamento e o tratamento necessário à vítima (Nunes & Moraes, 2021).

Outra instituição de extrema importância nos atendimentos ao fenômeno ilustrado é o conselho tutelar, que é considerado um dos principais órgãos acionados pela rede de proteção na denúncia de violências e para acompanhamentos. O conselho tutelar deve zelar pela proteção da criança ou do adolescente, realizando encaminhamentos para delegacias e hospitais, procurando novas famílias para o menor caso haja necessidade e realizando tratamentos psicológicos (Santos et al., 2018; Pase et al., 2020).

Porém, assim como na rede do sistema de saúde, os conselhos tutelares também enfrentam problemas: insuficiência de políticas socioassistenciais e educacionais; ambiente inadequado de acolhimento; profissionais despreparados para a função; alta demanda de trabalho, agravada pelo número reduzido de profissionais; além da precariedade financeira e psicológica das famílias em manterem seus(as) filhos(as) nos atendimentos. Todos esses fatores prejudicam a qualidade dos atendimentos e dos encaminhamentos (Deslandes & Campos, 2015; Pase et al., 2020).

Portanto, é necessário que as instituições trabalhem com profissionais bem-formados e capacitados, além de infraestrutura e famílias que estejam dispostas a amparar a vítima diante da situação. Com isso, a paciente, quando inicia o tratamento após alguma queixa, será atendida por um profissional preparado e ciente de que muitas das repercussões a que está sendo exposta no tratamento clínico podem ser reflexos de algum tipo de violência sexual cometida em sua infância e/ou adolescência. É evidente que essa não é uma relação obrigatória de causalidade, mas muitos transtornos de ordens psicológicas, físicas, sexuais e sociais podem, sim, ter grande relação com a violência sexual (Cruz et al., 2021).

Neste capítulo, foram ilustradas as conceituações de violência, violência de gênero e de violência sexual infantil; foram abordados os efeitos causados nas crianças e nos adolescentes; e as instituições que amparam esse público. No próximo capítulo, será abordada a violência sexual no contexto das classes sociais.

3 VIOLÊNCIA SEXUAL PERANTE AS CLASSES SOCIAIS

Segundo Oliveira (2016), a violência sexual contra crianças e adolescentes pode se apresentar de diversas maneiras e com muitas interfaces. Apesar de haver mais notificações desta violência em famílias que estão na faixa da pobreza, esse fenômeno não se restringe a esse grupo demográfico e atinge todas as classes sociais. Vale frisar que está associado a aspectos culturais, sociais e econômicos e é fruto de uma sociedade patriarcal, capitalista e preconceituosa em que se apresentam relações desiguais de classe social, raça, etnia, gênero e contextos geracionais.

De acordo com Zambon et al. (2012), condições sociais desfavoráveis, relações familiares conturbadas e baixo nível de escolaridade da família podem ser alguns dos fatores relacionados aos maus-tratos na infância. Embora esses fatores sejam fortes influenciadores da violência, não podem ser considerados predominantes exclusivos. Afinal, a violência infantil ocorre também em famílias de maior poder aquisitivo e escolaridade, embora de forma mais discreta e oculta em comparação com famílias de classes sociais mais pobres, em que a violência pode ser mais visível (Pinto et al., 2015).

A definição de vulnerabilidade social não deve ser limitada somente ao índice de pobreza, mas à inclusão ou à exclusão de indivíduos em serviços e políticas públicas. Com isso, a vulnerabilidade social não pode ser compreendida apenas pelos índices socioeconômicos, mas pela capacidade dos indivíduos em lidar com os recursos disponíveis e de desenvolver estratégias de empoderamento (Aquino et al., 2021).

Na literatura científica, há diversas discussões acerca de como a violência sexual permeia toda a sociedade, sem restrição de classe social. Melaré (2009), por exemplo, pesquisa os arranjos familiares do mundo moderno, fragilizados pelo consumismo e individualismo, nos quais é possível encontrar casos de violência no ambiente familiar, independentemente da classe social.

Nessa direção, o autor afirma que a família é a primeira referência para as crianças, sendo o vínculo afetivo de extrema importância para a construção do desenvolvimento social infantil. Melaré (2009) comenta, ainda, que a família é uma construção sociocultural que se modifica, agregando novos elementos e alterando, com o tempo, os seus modelos. Nessa direção, o modelo de família vem se modificando ao longo dos anos, sendo impossível identificá-la como definitiva e estática. Porém, segundo o autor, é preciso situá-la dentro do contexto socioeconômico de sua época e dos aspectos étnicos e religiosos da sociedade.

Embora o modelo de família nuclear moderna seja predominante na sociedade ocidental, não se pode considerá-lo como o único arranjo possível, por não existir um único modelo familiar. Apesar do entendimento de Melaré (2009), ainda há uma visão distorcida sobre a família, já que, quando os arranjos familiares não correspondem ao modelo de família nuclear, as famílias são consideradas, pela sociedade, como desestruturadas ou desorganizadas. Miotto (2000) afirma que o processo de fragilização dos grupos familiares os torna mais vulneráveis e suscetíveis e impacta a sua qualidade de vida:

nascimentos, mortes, envelhecimento, casamentos, separações – e as demandas individuais de seus membros produzem contínuas transformações no caráter dos vínculos familiares, na natureza das competências, nas atribuições de autoridade e de poder, nas formas de inserção dos grupos familiares na sociedade. Por isso, os momentos de transição provocados pelas vicissitudes da vida familiar também colocam as famílias em situação de vulnerabilidade, que pode ser maior ou menor dependendo das condições sociais e da qualidade de vida (Miotto, 2000, p. 219).

Essa discussão sobre o que constitui uma família e seus diversos arranjos dialoga com Oliveira (2016), que afirma que muitas mães de vítimas de abuso sexual não denunciam o agressor de suas filhas, por estes serem os seus maridos. Nesses casos, a denúncia é realizada por meio da comunidade, da professora ou do conselho tutelar. Mesmo sabendo dos abusos, essas mães resolvem silenciá-los devido ao contexto familiar do qual fazem parte. Quando ocorre a acusação, muitas mulheres solicitam a retirada da denúncia. Tal realidade agrava ainda mais as condições das crianças vítimas de violência e a própria conjuntura em que a mãe da vítima está inserida. Como afirma Oliveira (2016, p. 9):

As denúncias e o andamento do fluxo de responsabilização da violência assustam pela ausência de proteção social que viabilize assumir uma atitude mais proativa. Vivenciam a ausência de creches em suas comunidades e por isso às vezes precisam trabalhar para cuidar da casa e dos filhos. Têm muitas vezes ausente ou precário o acesso as políticas públicas no campo da educação e de formação para o trabalho. Neste sentido a perspectiva do estudo passa a ser crítica e de totalidade, onde faz necessário discutir a sociedade capitalista e as desigualdades sociais que ela provoca.

Em muitas famílias em que ocorrem as violações, é frequente que o sustento familiar esteja nas mãos do homem, mas o poder que lhe garante a obediência da esposa e dos filhos não advém deste fato, mas, sim, da autoridade paterna e masculina (Saffioti, 2001). A identificação do homem como figura de autoridade implica que ele tenha mais poder dentro da família. Com isso, são geradas as violências, independentemente de suas classes sociais, ligadas aos contextos em que estão inseridas essas famílias sob o domínio masculino. Diante disso, Narvaz e Koller (2006, p. 50) argumentam o seguinte:

O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1. as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2. os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.

Segundo Melaré (2009), o Estado se coloca como substituto das organizações familiares, ao invés de ser um grande aliado e fortalecedor dos seus integrantes e de proporcionar apoio ao desenvolvimento de suas responsabilidades. As transformações sociais econômicas, a lógica individualista e a organização do trabalho são os causadores das mudanças de costumes e hábitos (Mioto, 2000; Martins, 2017). Segundo Martins (2017), mesmo com o aumento de investimentos em causas humanitárias em prol do desenvolvimento das pessoas de camadas sociais menos favorecidas, ainda são alarmantes as desigualdades sociais. Tal comportamento espelha a lógica capitalista, que favorece os mais ricos e desfavorece os mais pobres, desencadeando o alcoolismo, o desemprego, a pobreza e a separação conjugal, que fragilizam o contexto familiar. Essa realidade gera famílias despreparadas para lidar com suas responsabilidades e dificuldades da vida, culminando em desorganização e, principalmente, gerando violência (Melaré, 2009). Ainda nas palavras de Melaré (2009, p. 21), “quanto mais expostas estão as famílias a situações de exclusão, mais expostas ao abandono estão suas crianças e os idosos”.

Diante disso, Szymanski (2004, p. 7) afirma:

É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua constituição identitária.

Relacionando essas discussões com a história do Brasil, é possível perceber que a burguesia, quando foi instaurada, voltou-se para as metrópoles, bem como teve como meta a modernização e a higienização do país. Com o respaldo da ciência, que garantia, juntamente com a medicina, as características de gênero pautadas no sexo biológico, a sociedade burguesa definia os comportamentos sociais de acordo com o gênero (Saffioti & Almeida, 1995; Butler, 2003). Nessa ótica social, as mulheres das classes sociais mais abastadas aspiravam ao casamento e à criação dos filhos, enquanto as mulheres das classes sociais de baixa renda (mestiças, brancas ou negras) eram menos protegidas e sujeitas à exploração sexual (Rago, 2004; Soihet, 2015). A partir desta teoria da medicina higienista (Costa, 2013), afirma-se que as famílias se desestruturaram pelas normas a que foram impostas, alegando terem cunho político-econômico, e não de bem-estar social.

Nota-se que, embora as incidências de violência sexual possam ser quantitativamente inferiores em classes mais abastadas, a configuração da sociedade patriarcal é a mesma, excluindo-se o poder aquisitivo das famílias. Ao estabelecer uma relação entre o capitalismo e o patriarcado a partir dos conceitos de dominação e de exploração, Cardoso (2008) afirma que o homem ainda detém vantagens sobre as mulheres e que a escravidão deixou marcas profundas no nosso imaginário, estruturando uma infinidade de desigualdades (Almeida, 2004). A história tende a culpabilizar os pobres pelos seus insucessos em adquirir bens socialmente produzidos, atribuindo a eles estereótipos pejorativos de violência (Melaré, 2009).

Portanto, a violência faz parte do contexto de milhões de crianças e de adolescentes no planeta, não importando sua classe social. A pobreza é associada erroneamente à violência, o que gera uma indução de que esse fator seja o principal definidor de causa de maus-tratos. No entanto, a ideia central é que famílias de baixa renda estão mais expostas a denúncias de maus-tratos, mas isso não significa que esses casos sejam exclusivos dessa faixa social. Em famílias de maior poder aquisitivo, a violência tende a ser mais oculta e menos visível, mas isso não a elimina, já que muitos casos de violência sexual em famílias desta classe social sequer são denunciados, logo, não entram para as estatísticas.

Neste capítulo, foi expressa a violência sexual dentro das classes sociais, demonstrando que é uma falácia afirmar que tal fenômeno só ocorre em classes sociais mais pobres, podendo ocorrer em diversos grupos sociais. Com isso, foram relacionados o patriarcado, a questão histórica, a diversidade geracional e as condições sociais. No próximo capítulo, será vista a dificuldade sexual da mulher adulta relacionada ao abuso sexual ocorrido na infância.

4 QUEIXAS SEXUAIS FEMININAS EM DECORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOFRIDA NA INFÂNCIA

Neste capítulo, serão desenvolvidos argumentos referentes à dificuldade sexual e a relacionamentos interpessoais das mulheres que sofreram abuso sexual no período da infância e/ou da adolescência. Contudo, sabe-se que, apesar de trazer transtornos psicológicos, suas repercussões na sexualidade humana ainda são pouco abordadas no Brasil. Portanto, neste capítulo, a fim de comprovar os danos nas mulheres pela violência sexual, realizamos um estudo com argumentos defendidos por pesquisadores da área que comprovam que o fenômeno pode gerar infortúnios na vida sexual e amorosa da vítima.

Sendo assim, a satisfação sexual na vida adulta pode ser comprometida diante aos impactos da violência sexual perpetrada na infância. Esse tema, todavia, ainda é pouco explorado na literatura nacional, em contraste com a ampla discussão internacional. Diante dos altos índices de prevalência e das consequências para o desenvolvimento, é essencial aprofundar o conhecimento sobre o tema para a criação de intervenções eficazes, abrangendo tanto a prevenção, quanto o tratamento (Krindges et al., 2016).

Segundo a UNICEF (2024), mais de 370 milhões de meninas e mulheres foram vítimas de algum tipo de abuso sexual quando crianças no mundo. Ainda de acordo com os números da instituição 1 em cada 8 mulheres já sofreu violência sexual antes dos 18 anos, de acordo com novas estimativas divulgadas. As estimativas aumentam quando são consideradas as formas de violência sexual sem contato físico, como o abuso online ou verbal: o número de meninas e de mulheres afetadas globalmente sobe para 650 milhões, o que corresponde a uma mulher em cada cinco. Isso destaca a urgência de desenvolver estratégias abrangentes de prevenção e de apoio capazes de enfrentar, eficazmente, todas as formas de violência e de abuso sexual.

De acordo com a UNICEF (2024), os dados revelam que a violência sexual contra crianças é um problema global, afetando diversas regiões do mundo, à parte de fronteiras geográficas, culturais e econômicas. A África Subsaariana apresenta o maior número de vítimas, com 79 milhões de meninas e mulheres afetadas (22% do total); seguida por 75 milhões no Leste e Sudeste Asiático (8%); 73 milhões na Ásia Central e Meridional (9%); 68 milhões na Europa e na América do Norte (14%); 45 milhões na América Latina e Caribe (18%); 29 milhões no Norte da África e na Ásia Ocidental (15%); e 6 milhões na Oceania (34%). Esses números destacam a gravidade e a extensão do problema em diversas partes do mundo.

A violência sexual perpetrada na infância e na adolescência pode acarretar diversos agravos, capazes de acompanhar a criança até o fim de sua vida, gerando prejuízos na vida adulta em seus relacionamentos interpessoais, emocionais e sexuais (Gava et al., 2013; Lira et al., 2017; Cruz et al., 2021). A satisfação sexual da mulher é influenciada por diversos fatores, como idade do companheiro, presença de um parceiro fixo ou não, hábitos sexuais, duração do relacionamento, afetividade na relação, entre outros, sendo a violência sexual infantil um forte componente capaz de interferir negativamente na vida sexual da mulher adulta (Barth et al., 2013). Não raro, a vítima não consegue ter uma vida sexual ativa e saudável na fase adulta, devido a um comprometimento na saúde mental (Stephenson et al., 2012).

Estudos de Lira et al. (2017) e Cruz et al. (2021) sugerem, ainda, que mulheres que sofreram abuso podem demonstrar quadros de aversão sexual aos homens, manifestando comportamentos paradoxais às pessoas do mesmo sexo do agressor, gerados pelo impacto causado pela violência sexual. O trauma ocasionado pelo abuso pode motivar a evitação de qualquer contato sexual que se aproxime simbolicamente ou fisicamente ao trauma (Lira et al., 2017; Cruz et al., 2021). Diante disso, os efeitos psicológicos gerados pelo abuso sexual podem ocasionar outros obstáculos que prejudicam a vida sexual, como a própria repugnância ao ato, que pode provocar sentimentos de nojo, aversão e até mesmo dor durante as relações sexuais, dificultando o orgasmo e a prática sexual. Cruz et al. (2021, p. 1377) destacam que:

Há situações em que essa aversão se estende ao ato sexual, sobretudo devido à repugnância criada pela vítima devido ao toque, a dor e ao sofrimento rememorados. Pontuou-se ainda que, embora consigam avançar para um relacionamento, este pode se dar com dificuldades para o orgasmo.

Se, por um lado, a vítima pode demonstrar desinteresse devido à violência vivenciada no passado, por outro, pode apresentar um comportamento de compulsividade sexual, prejudicando suas relações afetivas e com o meio em que vive (Lira et al., 2017; Cruz et al., 2021).

Diferentes disfunções sexuais podem estar relacionadas a fatores emocionais ou físicos decorrentes da violência sexual. A mulher que foi vítima desse fenômeno na infância ou na adolescência pode desenvolver dor genital pélvica durante a penetração, disfunções do desejo – tanto pela aversão e redução, quanto pela hiperativação do interesse sexual – bem como disfunções do orgasmo, como dificuldade para alcançá-lo (Aveiro et al., 2009; APA, 2014; Lima et al., 2020). É importante destacar que tais disfunções sexuais não necessariamente se

restringem às vítimas de violência sexual, podendo também acometer mulheres que sofrem de outros tipos de condições físicas ou mentais (Lima et al., 2020; Nascimento & Fiorelli, 2020; Gay, 2023). Porém, quando isso ocorre independentemente da causa, é necessária uma avaliação médica para a realização do tratamento (Lima et al., 2020; Gay, 2023).

Ainda no que se refere à dor na relação sexual e à repugnância ao ato, é preciso mencionar que a não satisfação sexual plena não envolve apenas a dor física, como também o bem-estar emocional, social e a relação interpessoal com o parceiro ou a parceira (Sant'Anna & Baima, 2008). Corroborando esse fato, é válido apontar que a satisfação sexual em um relacionamento amoroso é fundamental para o desenvolvimento interpessoal, contribuindo para o estreitamento dos laços afetivos e a intimidade do casal (Althof et al., 2010).

As queixas sexuais diante do abuso sexual sofrido na infância e na adolescência também remetem às manipulações do agressor para com a vítima, como se ela fosse dominada e o agressor, o dominador, em uma configuração na qual somente ele deve sentir prazer em detrimento da vítima, colocando-a como um objeto de coisificação (Chauí, 1985). Tal afirmação pode ser comparada às teorias da obra *Vigiar e punir* de Foucault (1987), em que os poderes ou micropoderes estão sob o domínio do Estado, atravessando a estrutura social, sendo executados pelos dominantes e impostos aos dominados por meio de punições, de opressões e de constrangimentos. O autor ainda afirma que seria uma falácia mencionar apenas o lado pejorativo do “poder” sem mencionar que ele produz seres dóceis, obedientes e altamente produtivos em uma escala benéfica ao funcionamento do controle social. Essa mesma consequência pode ocorrer com a mulher que sofreu abuso, tornando-se assustada, obediente ao seu agressor e insegura em sua vida sexual, já que, em algumas situações, não consegue ter relações sexuais com o(a) parceiro(a), pois o(a) compara com a relação de poder e de superioridade que tinha o seu agressor, sentindo-se inferior e indigna ao prazer.

O prazer sexual masculino é historicamente e sociologicamente mais importante do que o feminino. Segundo Foucault (2019), existe uma relação histórica e errônea, herdada da Era Vitoriana, de que o prazer sexual masculino deve ser priorizado e mais relevante que o prazer sexual da mulher. Na mesma toada, Saffioti e Almeida (1995) afirmam que as relações de poder entre homens e mulheres são assimétricas e consolidam maneiras cruéis de dominar os corpos femininos. De acordo com a autora, as relações de gênero funcionam na base da dominação masculina perante a aceitação feminina, definindo que ambos devem aceitar e reproduzir os papéis sociais impostos, nutrindo assim a ótica patriarcal.

Ainda caminhando nessa direção, é possível elencar alguns conceitos de Foucault (2019) sobre a sexualidade no século XIX, afirmando que tal conceito era restrito, não falado,

exclusivo apenas ao casal como forma de procriação. Além disso, a representatividade sexual feminina no Período Vitoriano na Inglaterra não existia. As sexualidades eram, hipocritamente, consideradas “ilegítimas” pela sociedade, eram restritas aos *rendez-vous* e às casas de saúde, onde havia certa tolerância ao tema, pois nesses cenários havia relações de poder, dominação e lucro. Para Foucault (2019, p. 54), o prazer e o poder caminham de forma entrelaçada, através de mecanismos complexos e positivos, mas com o mesmo intuito, a busca pelo lucro, como afirmado no trecho:

Nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades regionais dá um campo de intervenção: essa conexão, sobretudo a partir do século XIX, é garantida e relançada pelos inumeráveis lucros econômicos que, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia, vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla.

Alguns obstáculos presentes na vida sexual das mulheres podem, sim, estar relacionados ao abuso sexual e o trauma pode se intensificar com o tempo. A intervenção terapêutica é essencial, não apenas para tratar os sintomas imediatos, mas também para prevenir complicações futuras. Isso é fundamental para garantir que as vítimas de abuso tenham a oportunidade de reconstruir uma relação saudável com a sua própria sexualidade, sem que as experiências traumáticas continuem a dominar sua vida. A promoção de uma sexualidade responsável, segura e satisfatória é um passo crucial para essa recuperação (Krindges et al., 2016).

O atendimento às mulheres que sofreram ou sofrem violência sexual deve, de fato, estar ancorado a uma rede de apoio bem-estruturada, onde a atenção primária à saúde desempenha um papel central. Essa abordagem não apenas facilita o acesso aos serviços, mas também garante um cuidado contínuo e humanizado, essencial para a recuperação das vítimas (Lira et al., 2017). É fundamental que os profissionais de saúde sejam capacitados não apenas no uso de técnicas instrumentais, mas também em abordagens sensíveis e solidárias, que respeitem a individualidade e o contexto de cada mulher. A humanização do atendimento é crucial para ajudar na resignificação do cuidado, promovendo um espaço seguro e acolhedor (Lira et al., 2017).

Além disso, a formação acadêmica do profissional que irá realizar os atendimentos deve incorporar, de forma sistemática, conteúdos sobre violência de gênero e suas consequências físicas e emocionais. É necessário integrar essas questões na matriz curricular dos cursos de saúde, para garantir que futuros profissionais estejam melhor preparados para lidar com tais situações com empatia, conhecimento e competência (Lira et al., 2017).

Portanto, diante das pesquisas citadas, foi possível constatar que o sofrimento vivenciado pela violência sexual perpetrada na infância poderá acompanhar a vítima em diversas situações da fase adulta. Algumas delas podem ter seus relacionamentos interpessoais amorosos e sua vida sexual comprometidos, gerando sentimentos de aversão sexual, dor, associação do ato sexual com o abuso, o que pode afetar outras relações de convívio social como sua vida profissional. Quando isso ocorre, é necessário que a vítima tenha uma rede apoio e um atendimento médico e psicológico.

Logo, os estudos citados têm contribuído para a reflexão e a problematização dos aspectos relativos à violência sexual na infância. A partir da revisão da literatura, considerando as pesquisas e a complexidade da violência sexual na atualidade, o presente estudo se propôs em analisar relatos e depoimentos de mulheres vítimas de violência sexual na infância e na adolescência que estão registrados em documentários relacionados à temática. Essa investigação pode contribuir para a reflexão e a instrumentalização de intervenções que visem informar e educar sobre o tema. Cabe destacar que o recorte do presente estudo se limita aos relatos das mulheres, pois ampliar essa discussão para os contextos de abuso sexual sofrido por homens demandaria outras análises e embasamentos, uma vez que é permeada por questões culturais particulares às masculinidades. Na sequência, apresentamos os objetivos, o método da pesquisa e a análise preliminar dos resultados obtidos.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Investigar e analisar relatos de mulheres que sofreram violência sexual na infância e na adolescência que estão registrados em documentários produzidos no Brasil. Nesse sentido, o intento foi contextualizar a violência sexual e a violência de gênero, relacionando o sistema patriarcal e os problemas hodiernos.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar, nos relatos dessas mulheres, como se configura o fenômeno da violência sexual infantil;
- II. Analisar os contextos de vida dessas mulheres e as dinâmicas sociais experienciadas na infância;
- III. Depreender os efeitos da violência sexual em seus contextos de vida;
- IV. Discutir como os materiais audiovisuais analisados podem contribuir para intervenções, na perspectiva da educação sexual, enquanto materiais de prevenção a esta modalidade de violência.

6 MÉTODO

O conhecimento científico se dá através da pesquisa científica, que necessita de um eixo a ser analisado. Para essa investigação, foi necessária a utilização de um método de pesquisa, escolhido de acordo com a especificidade da pesquisa e do(a) pesquisador(a) (Paschoarelli et al., 2015).

Esta pesquisa se caracterizou como um estudo qualitativo de caráter exploratório descritivo. A pesquisa qualitativa busca explorar diversas dimensões da realidade que não podem ser facilmente mensuradas ou quantificadas. Ao invés de se concentrar em dados numéricos, a pesquisa qualitativa se foca no entendimento profundo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes das pessoas (Minayo, 2014; Kripka et al., 2015). Já o estudo de caráter exploratório descritivo se trata de explorar e descrever o tema, fornecendo informações adicionais sobre o fenômeno citado.

A análise de conteúdo de Bardin (1977) pressupõe os seguintes passos: i) organização da análise; ii) codificação; iii) categorização. Sua descrição virá a seguir.

Instrumentos: Foram utilizados quatro documentários nacionais como material de base para discussão: *Canto de cicatriz*, *Se você contar*, *Desumanidades: cinco relatos sobre violência sexual* e *Um crime entre nós*, que abordam o tema da violência sexual por meio de relatos de mulheres que foram vítimas de violência sexual na infância e/ou na adolescência.

Na seleção deste material, realizou-se uma pesquisa no Google e YouTube. Foram assistidos cerca de 30 vídeos que versavam acerca da violência sexual. O critério utilizado na busca foi encontrar vídeos completos, com áudio, imagens nítidas e referências confiáveis; o objetivo dessa procura foi chegar a relatos de mulheres que sofreram violência sexual na infância e na adolescência, de modo que o fenômeno tenha provocado repercussões diversas na vida adulta da vítima, relacionando-a à violência de gênero e ao patriarcado. Diante disso, foram excluídos vídeos com as temáticas: “educação sexual para crianças diante à violência sexual”, “relacionamentos abusivos”, “violência sexual e crenças religiosas”, “violência sexual na visão da jurisprudência”, “vídeos de exposição desnecessária ou com comentários ofensivos”, entre outros assuntos que não fazem referência ao tema central da pesquisa.

Após essa seleção, foram escolhidos os três documentários que atendiam aos requisitos.

Procedimentos de coleta e de análise de dados: Após a seleção dos documentários, foi feito o tratamento inicial do material, realizado pela transcrição das entrevistas das vítimas para

leitura exaustiva dos relatos e da posterior análise de conteúdo. Logo, os dados foram organizados por meio da análise de conteúdo temática.

A análise de conteúdo de Bardin (1977) pressupõe os seguintes passos: i) organização da análise; ii) codificação; iii) categorização.

I) Organização da análise:

Nesta etapa da análise de conteúdo, Bardin (1977) orienta a organização em torno de três polos cronológicos: i) pré-análise; ii) exploração do material; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O primeiro polo, de *pré-análise*, trata-se da fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de escolha dos materiais a serem observados de modo a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações que serão analisadas. Nesta etapa, primeiramente, foi realizada a leitura bibliográfica e, depois, o estudo e a análise das entrevistas das participantes dos documentários escolhidos para a pesquisa.

Convém observar que, na execução da presente pesquisa, não foi necessária a aprovação em comitê de ética, já que não está envolvida diretamente com seres humanos ou animais, mas com análises dos relatos já realizados nos documentários mediante autorização.

No segundo polo cronológico da organização, a *exploração do material*, foram analisadas as transcrições dos três documentários, observando os eixos temáticos da violência sexual, como a violência intrafamiliar, o patriarcado e o medo do agressor.

Quanto ao *tratamento dos resultados*, foram escolhidos alguns blocos temáticos a serem analisados para a transposição dos resultados.

II) Codificação:

Bardin (1977) divide a codificação em duas categorias: a unidade de registro e a unidade de contexto. A primeira é a escolha da unidade de base a ser codificada, ou seja, o que será analisado especificamente, seja um objeto, uma temática, um verbo. Já a unidade de contexto considera onde a unidade de registro está concentrada, servindo de unidade de compreensão para codificar a de registro; corresponde aos segmentos da mensagem, tratando-se da significação da unidade de registro, ou seja, de verificar o contexto da frase, o parágrafo. Como menciona a autora neste trecho:

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração,

permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (Bardin, 1977, p. 103).

Nesta pesquisa, como unidade de registro, foi estudada a temática da violência sexual perpetrada contra as mulheres. Já na unidade de contexto, foi observada a maneira como as mulheres abordam a violência sexual em seus depoimentos e os argumentos que citam sobre o evento.

III) Categorização:

Segundo Bardin (1977), a categorização é o processo de classificar elementos de um conjunto com base em critérios definidos, agrupando-os segundo semelhanças em categorias ou classes. Essas categorias reúnem unidades de registro, permitindo uma análise mais organizada e focada das características comuns entre os elementos, como menciona aqui:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 1977, p. 117).

A partir dos relatos transcritos nos documentários, foram constituídas as seguintes categorias e subcategorias temáticas:

A) VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E SEUS CONTEXTOS:

- I) Violência sexual intrafamiliar ou por pessoas próximas;
- II) A violência e as classes sociais.

B) VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PATRIARCADO:

- I) Relação de poder e de dominação;
- II) Corpo feminino.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Pensando na ideia de cientificidade, Bruyne et al. (1991) afirmam que a ciência possui dois polos, um de diversidade e outro de unidade. Nesse sentido, é possível que haja semelhanças significativas em vários processos que se inspiram na ideia de existir um conhecimento por conceitos, seja ele sistemático, exploratório ou descritivo.

A análise de dados foi organizada por meio da análise de conteúdo temática de Bardin (1977), cujo método é o qualitativo de caráter descritivo. Primeiramente, os documentários foram assistidos duas vezes de forma flutuante e depois foram assistidos mais três vezes para realizar a transcrição dos relatos das participantes que compuseram o *corpus* da pesquisa. Para isso, fez-se a descrição dos documentários escolhidos e das participantes que relataram a violência sexual perpetrada na infância e/ou na adolescência.

Esta seção foi dividida em subtópicos para melhor compreensão do material analisado e das participantes, para que sejam apresentadas as análises dos relatos.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS

Nesta seção, foi realizada a descrição dos documentários, iniciando-se com um quadro de informações, seguido por uma descrição sucinta dos materiais midiáticos.

Quadro 1

Dados retirados do documentário Canto de cicatriz

Tipo de material	Documentário
Título	<i>Canto de cicatriz</i>
Gênero	Drama
Ano de lançamento	2005
Local de lançamento/Idioma	Brasil/Português
Duração	20 minutos
Direção	Laís Chaffé

Fonte: Produção da própria autora.

O documentário *Canto de cicatriz*^{3,4} (RS, Beta, 20 min, 2005) possui o roteiro, direção e montagem de Laís Chaffe, que aborda a violência sexual contra meninas. Em *Canto de cicatriz*, são retratados depoimentos de vítimas, intercalando-os com comentários de profissionais que trabalham e estudam violência sexual, juntamente com desenhos feitos por crianças que sofreram abuso, cenas de filmes de ficção e enquetes com público geral sobre o assunto, em que ficam explícitos os preconceitos envolvendo este tema. Durante o documentário, é declamado o poema “Canção para a menina maltratada”, interpretado por Ingra Liberato e feito especialmente para o documentário pelo escritor e psiquiatra infantil Celso Gutfreind.

O documentário foi premiado no II Festival Tudo Sobre Mulheres 2006, de Chapada dos Guimarães, e recebeu mais dois prêmios Galgo Alado, conquistados no Gramado Cine Vídeo. Realizado com a parceria da ONG Coletivo Feminino Plural, com financiamento de algumas instituições internacionais como Kindernothilfe, *Canto de cicatriz* foi produzido com apoio da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, RBS TV, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Bona Propaganda.

Quadro 2

Dados retirados documentário Se você contar

Tipo do material	Documentário
Título	<i>Se você contar</i>
Gênero	Drama
Ano de lançamento	2017
Local de lançamento/Idioma	Brasil/Português
Duração	29 minutos
Direção	Roberta Fernandes

Fonte: Produção da própria autora.

³ O documentário *Canto de cicatriz* tem duas versões, uma contendo 37 minutos e a outra, 20 minutos. Aqui, utilizou-se o curta-metragem de 20 minutos, pois a pesquisa é voltada para relatos de mulheres adultas que sofreram abuso sexual na infância, e não à exploração sexual de crianças. Também não foram analisados os relatos de profissionais.

⁴ As informações referentes ao documentário foram retiradas do *site*: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/exploracao-sexual-e-tema-de-palestra-na-unochapeco>.

O documentário *Se você contar*⁵ (ES, 29 min, 2017) foi dirigido por Roberta Fernandes e produzido por Rodrigo Cerqueira. Traz o relato de cinco mulheres vítimas de violência sexual, que descrevem experiências sofridas por elas mesmas ou por vítimas que não conseguiram ou não desejavam estar diante das câmeras. O documentário retrata os depoimentos dessas mulheres com detalhes, demonstrando que grande parte dos agressores são pessoas do círculo familiar da vítima, como citado no presente estudo, o que torna mais difícil a denúncia e faz com que, na maioria das vezes, os casos sequer cheguem à polícia.

Este documentário foi vencedor do Grande Prêmio Canal Brasil de Curtas, de 2018, pelo júri popular e premiado com o troféu Canal Brasil de Curtas no Festival Internacional de Documentários “É Tudo Verdade 2017”. O filme também foi selecionado para os festivais internacionais FICDH (Madrid) e FemCine (Chile). No Espírito Santo, foi exibido no Festival de Cinema de Vitória, na Mostra Sesc e no FestCine Pedra Azul, sendo convidado para o Festival de Cinema da Bienal de Curitiba 2017 e concorreu ao Grande Prêmio do Cinema Brasileiro 2018. O documentário percorre alguns estados do Brasil com exibições públicas promovidas por ONGs, que procuram fazer debates sobre violência sexual e assuntos semelhantes.

Quadro 3

Dados retirados do documentário Desumanidades

Tipo do material	Documentário
Título do material	<i>Desumanidades: cinco relatos sobre violência sexual</i>
Gênero	Drama
Ano de lançamento	2016
Local de lançamento/Idioma	Brasil/Português
Duração	16 minutos
Direção	Cartola Filmes

Fonte: Produção da própria autora.

O documentário *Desumanidades: cinco relatos sobre violência sexual*⁶ (SP, 16 min, 2016) é um curta-metragem apresentado pelo Museu da Pessoa, cuja coprodução é da Cartola

⁵ As informações do documentário *Se você contar* foram retiradas do site: <https://andaluzfilmes.com.br/galeria/se-voce-contar/>.

⁶ As informações do documentário *Desumanidades* foram retiradas do site: <https://videosaude.iciet.fiocruz.br/filmes/desumanidades-cinco-relatos-sobre-violencia-sexual/>

Filmes. Nele, estão reunidos relatos de vítimas de violência sexual e de exploração sexual perpetuadas na infância e na adolescência, sendo o agressor um familiar ou uma pessoa próxima à vítima. Ambas as vítimas conviveram na infância com a violência e o abandono.

Quadro 4

Dados retirados documentário Um crime entre nós

Tipo do material	Documentário
Título do material	<i>Um crime entre nós</i>
Gênero	Drama
Ano de lançamento	2020
Local de lançamento/Idioma	Brasil/Português
Duração	60 minutos
Direção	Adriana Yañez

Fonte: Produção da própria autora.

O documentário *Um crime entre nós*⁷ (Instituto Liberta, 60 min, 2020) foi produzido pela Maria Farinha Filmes e dirigido pela cineasta Adriana Yañez. A data de estreia do filme homenageia o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil, dia 18 de maio.

Idealizado pelo Alana e pelo Instituto Liberta, que aborda temas relacionados à violência, à pornografia e seus impactos, o documentário reúne figuras públicas como Jout Jout, Luciano Huck, Dráuzio Varella e a pesquisadora Gail Dines e explora o tema por meio de uma investigação que transita entre mundos reais e virtuais.

O material midiático mostra, com clareza, a violência sexual provocada contra crianças e adolescentes em regiões interioranas do país, demonstrando como, em diversas regiões, é normalizado e praticado o fenômeno, que oscila entre a violência e a exploração sexual.

A pré-estreia do documentário *Um crime entre nós* ocorreu no 4º Fórum sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e foi transmitida pelo site da *Folha de São Paulo*. Após a exibição, houve um debate mediado por Luciana Temer, advogada e presidente do Instituto Liberta. Participaram do debate a diretora Adriana Yañez, a jornalista Eliane Trindade, o advogado Pedro Hartung (Instituto Alana) e Amanda Cristina Ferreira (Rede ECPAT do Brasil).

⁷ As informações do documentário *Um crime entre nós* foram retiradas do site: <https://alana.org.br/exploracao-sexual-infantil/>.

A estreia do documentário foi patrocinada por importantes instituições que trabalham na proteção dos direitos da infância no Brasil, incluindo Childhood Brasil, Cedeca Bahia, Oficina de Imagens, Plan International Brasil, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ECPAT Brasil e IACAS.

Apesar dos documentários também abordarem o tema da exploração sexual, foram analisados, na presente pesquisa, apenas os depoimentos relativos à violência sexual, uma vez que este é o escopo proposto.

7.2 BREVE DESCRIÇÃO DAS PARTICIPANTES DEPOENTES

Nesta seção, foi realizada a descrição das participantes, iniciando-se com um quadro biográfico e seguido por uma narrativa sucinta das depoentes.

Quadro 5

Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário Canto de cicatriz

Nome	Idade	Profissão
P1 – Não identificada	Não mencionada	Não mencionada
P2 – Não identificada	28 anos	Estudante de enfermagem e voluntária da Cruz Vermelha
P3 – Denise	44 anos	Voluntária de uma ONG de vítimas de violência
P4 – Iva	30 anos	Artesã
P5 – Não identificada	24 anos	Pretende fazer faculdade
P6 – Não identificada	18 anos	Não mencionada

Fonte: Produção da própria autora.

Participante 1 (Não identificada): Com idade não informada, afirma que sofreu abuso na infância aos seis anos de idade e que sua filha com a mesma idade foi abusada.

Participante 2 (Não identificada): Tem 28 anos. Relata que sofreu violência sexual aos 7 anos, foi adotada aos quinze dias de vida e sua família adotiva desejava que ela convivesse com sua família biológica. Relata que um dia seu pai biológico a violentou sexualmente no banheiro, a irmã mais nova percebeu algo diferente e o mordeu, e ela (a vítima) saiu correndo pela rua. Afirma não ter confiança em ninguém, principalmente nos homens. Não acredita na ideia patriarcal de “proteção” masculina, quiçá paterna. Termina seu relato dizendo que se relaciona amorosamente, mas que seus relacionamentos não duram muito tempo. Atualmente, cursa enfermagem e trabalha na Cruz Vermelha como voluntária.

Participante 3 (Denise): Tem 44 anos. Foi vítima de violência sexual aos 6 anos, afirma ser de família de classe média, sendo cercada de todos os cuidados, porém isso não impediu que ela sofresse violência sexual. Ao final de seu depoimento, afirma que conseguiu se recuperar, que formou uma ONG em sua casa, que recebe crianças de rua, vítimas de maus-tratos ou de violência doméstica e crianças filhas de presidiários. A ONG funciona sem rendimento do governo e necessita da ajuda da população em geral por meio de doações.

Participante 4 (Iva): Tem 30 anos. Sofreu abuso pela primeira vez aos 6 anos de idade por uma pessoa que não era da família, “um desconhecido” que seu pai havia contratado para fazer uma reforma em sua casa. Ela menciona que foi algo triste, que não tinha necessidade alguma dela conhecer aquele tipo de relação naquela idade. A vítima afirma que, um tempo depois, sofreu violência sexual novamente, porém dessa vez intrafamiliar, pelo seu avô. Ao final, ela comenta que está fazendo terapia. É artesã; realiza bordados e faz tricô.

Participante 5 (Não identificada): Tem 24 anos. Sofreu violência sexual pelo padrasto aos 13 anos pela primeira vez, perpetuando-se até os 15 anos. Ela afirma que seu padrasto no início se mostrava “um amigo”, que começou com agrados, com carinhos, até que um dia a violência sexual ocorreu de fato. Sua mãe a culpou quando soube, dizendo que ela e o marido estavam a enganando, e a obrigou a ter relações sexuais com o padrasto e o filho dele. A vítima ainda relata que um dia sua mãe afirmou: “hoje você vai transar comigo também!”. Menciona que atualmente faz terapia, que sua relação com as outras pessoas está bem melhor. Por fim, incentiva as vítimas de violência sexual a denunciarem; reitera que há pessoas que podem ajudar, como uma professora, um(a) amigo(a) ou o conselho tutelar.

Participante 6 (Não identificada): Tem 18 anos. Sofreu violência sexual aos 6 anos pela primeira vez, perpetuando-se até os 14 anos. Os abusos eram cometidos pelo seu padrasto, que não a deixava sair de casa, ter amigos e ter contato com outras pessoas.

Quadro 6

Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário Se você contar

Nome	Idade	Estado Civil	Profissão
P7 – Caroline	27 anos	Solteira	Professora
P8 – Mariana	21 anos	Não mencionado	Estudante
P9 – Dacilane	25 anos	Não mencionado	Atendente de <i>call center</i>
P10 – Débora	41 anos	Divorciada	Não consta
P11 – Lady Laura	45 anos	Casada	Auxiliar de consultório odontológico

Fonte: Produção da própria autora.

Participante 7 (Caroline): Tem 27 anos. Atua como professora e é solteira. Narra a história de uma outra pessoa que também sofreu violência sexual. Afirma que os abusos ocorreram com o irmão mais velho, que a vítima tinha, à época, dez anos de idade. A mãe de ambos saía para trabalhar, e eles passavam a tarde juntos. Um dia o irmão pediu para que ele a acariciasse, mas ela não o permitiu; ele a ameaçou dizendo que relataria para a mãe deles, e ela negou. Com o tempo, o menino foi se aproximando de formas diferentes. Um dia, ele acariciou o seio da vítima, e ela não teve reação. O tempo passou, a menina já estava com doze anos e o irmão a estuprou. Caroline afirma que se sente culpada de relatar a história de outra pessoa, mas sabe que não é culpa dela, mas, sim, da sociedade, que recrimina a vítima, que insere a violência sexual como um tabu, que não deveria ser assim.

Participante 8 (Mariana): Tem 21 anos. É estudante e relata a própria experiência de abuso sexual. Afirma ter sofrido violência sexual pelo padrasto aos dez anos de idade, que a acariciava e que pedia para ela não contar para a mãe e ainda perguntava se ela sabia que o estava acontecendo, mas a vítima não tinha a devida compreensão. Mariana afirma que os abusos sofridos duraram sete anos, narrando que tinha medo de relatar para alguém e estragar a felicidade da mãe com o padrasto. Afirma que, no final do ensino médio, teve crises de ansiedade e depressão, que não desejava mais sair de casa, ficou doente. Menciona ainda que acha muito cruel e egoísta fazer algo desta natureza com uma criança, principalmente porque ela sequer tem ciência do que está acontecendo.

Participante 9 (Dacilane): Tem 25 anos. É atendente de *call center*, ela relata a sua história e de outra mulher. Afirma ter sido abusada pelo padrasto quando tinha seis anos de idade durante o banho. O homem passava a mão em seu corpo, a tocava em diversas partes que a incomodavam muito, isso a enojava. Ele fazia isso diversas vezes. Um dia ela demorou no banho, quando sua avó percebeu e foi até o banheiro ver o que estava acontecendo. A vítima então gritou, mas o abusador a ameaçou, dizendo que, se ela contasse, ninguém acreditaria nela e que nunca mais ela veria a avó ou qualquer outro familiar. Ela, então, achou melhor aguentar aquela tortura a ser punida de outra forma. A vítima afirma que seu padrasto (o abusador) já morreu e que ela não sentiu nenhum tipo de piedade, nem mesmo em consideração à sua mãe ou a seus irmãos.

Participante 10 (Débora): Tem 41 anos. É divorciada. Afirma que cresceu em uma família com diversos homens, entre tios, primos e um padrasto. Sofreu diversos tipos de violência, como física, psicológica e sexual pelo seu padrasto. Segundo ela, as violências começaram quando ela tinha seis anos de idade, que sua mãe viajava muito para ver a família e que ela ficava sozinha com o padrasto. Ela afirma que ele a tocava, batia nela, mas que nunca

teve relação sexual com penetração. Comenta que menstruou aos nove anos, ele então a bateu, chutou sua barriga, gritou com ela. Débora afirma que relatou a agressão física para sua mãe, que não acreditou em nada do que ela disse e que achava que a menina havia brigado na rua. A vítima alega ter nojo de ambos. É militante atualmente e tem plena consciência do que aconteceu: que esse padrasto, já falecido, a impediu de conhecer sua própria sexualidade.

Participante 11 (Lady Laura): Tem 35 anos. Trabalha como auxiliar de consultório odontológico e é casada. É de uma família humilde no interior do Nordeste; sua mãe tinha onze filhos, sendo Lady Laura a mais velha dos irmãos. Os donos da fazenda onde sua família morava resolveram adotá-la, e ela foi morar na capital da cidade. A partir disso, Lady Laura encontrava sua mãe biológica raras vezes. A mulher que a adotou ficou muito doente e estava sempre no hospital. Lady Laura ficava bastante tempo em casa com um dos filhos da mãe adotiva, que era casado. Até então, ele nunca tinha tentado nada, mas um dia os abusos começaram. Ele entrava no quarto dela à noite, tocava seu corpo e suas partes íntimas. A vítima pergunta à repórter o que passa na cabeça de uma pessoa para fazer isso com uma criança. Comenta que vê na televisão reportagens e notícias sobre o assunto e que, hoje, lamenta pela violência que passou.

No documentário *Desumanidades*, nenhuma vítima é identificada⁸. Porém, para estabelecer um padrão, foi realizado um quadro de perfil das vítimas.

Quadro 7

Resumo do perfil das participantes por ordem de entrada no documentário Desumanidades

Nome	Idade	Profissão
P12 – Não identificada	Não mencionada	Não mencionada
P13 – Não identificada	Não mencionada	Não mencionada
P14 – Não identificada	Não mencionada	Não mencionada

Fonte: Produção da própria autora.

Participante 12 (Não identificada): Relata que sofreu violência sexual pelo melhor amigo de sua mãe, que a estuprou e tentou matá-la. Tornou-se usuária de drogas e algumas pessoas de seu convívio social diziam que ela morreria cedo. Com o tempo, começou a se prostituir e sofreu diversos tipos de violência. A participante comenta que um dia o cliente a

⁸ Neste documentário são narrados cinco relatos, cada um feito por uma pessoa diferente. Porém, só foram utilizados três dos relatos, já que esta pesquisa é voltada à violência sexual feminina e os outros dois foram depoimentos narrados por dois homens; um deles é homossexual e o outro não menciona sua orientação sexual.

pagou adiantado, a enganou, roubou seu celular, dinheiro, a agrediu e a deixou longe de casa. Afirma que, após esse episódio, ela desistiu da prostituição.

Participante 13 (Não identificada): Sofreu violência sexual pelo seu pai aos oito anos de idade, a vítima trabalhava vendendo frutas com o pai. Aparentemente, ele era um ótimo pai aos olhos dos outros, como ele se refere. A vítima alega que o pai era violento e que a ameaçava dizendo que, se ela não tivesse relações sexuais com ele, agrediria sua mãe. Ela sentia-se culpada, acreditava que tal situação era para castigá-la. Afirma que, com o tempo, sua menstruação cessou, e que começou a ser ameaçada e questionada pelo pai pela situação, que ele olhava as roupas dela, perguntava “tá vindo?”, e ela respondia que não. Um dia ele começou a agredi-la. A mãe da vítima apareceu e perguntou “por que tá batendo na menina desse jeito? O tempo passou e a menstruação da participante desceu. A vítima não sabe dizer se estava abortando ou se era apenas era um atraso. Afirma que não tem afeto emocional com sua família, que perdeu a vontade de sair com seus amigos, perdeu sua liberdade e tornou-se uma pessoa calada e solitária.

Participante 14 (Não identificada): Relata que sempre foi uma menina muito pobre, que sua mãe nunca trabalhou, sempre dependeu de homem. Seu pai tinha duas famílias, ficava quinze dias ausente e os outros quinze dias ficava em casa. Viviam bem com o pai, mas, quando ele ia embora, passavam fome e ela precisava pedir dinheiro na rua. Com o tempo, sua mãe arrumou um padrasto que foi morar com eles e começou a sustentá-los. Ela menciona “que estava criando corpo” e seu padrasto começou a tocá-la, que isso a incomodou, mas que não havia o que fazer, pois ele a sustentava. Com o tempo, as coisas foram ficando mais difíceis. Seu padrasto morreu quando ela tinha entre 12 e 13 anos, e ela começou a se “prostituir” para conseguir dinheiro. A vítima finaliza seu depoimento dizendo que, às vezes, desenhava bonecos roxos para expressar a violência que sua mãe e seu padrasto cometiam contra ela, que desejava ter uma família melhor.

Quadro 8

Resumo do perfil das participantes⁹ por ordem de entrada no documentário Um crime entre nós

Nome	Idade	Profissão
P15 – Não identificada	Não mencionada	Não mencionada
P16 – Não identificada	Não mencionada	Não mencionada
P17 – Ana	45 anos	Não mencionada

Fonte: Produção da própria autora.

Participante 15 (Não identificada): A participante afirma que sua mãe a teve aos treze anos de idade e que sua infância nunca foi fácil. Porém, quando ela tinha cinco anos, as coisas começaram a piorar, pois seu padrasto começou a beber constantemente. A partir disso, começou a agredir a mãe da vítima, e essas agressões, com o passar do tempo, aumentaram a intensidade e a frequência. Então a mãe começou a transferir as agressões que sofria para a filha. Um dia, o padrasto começou a tocá-la. Ela sentia medo, por isso fugia de barco, fugia sem destino; pedia ajuda às pessoas nas casas e nas ruas devido aos hematomas que tinha no corpo. As pessoas acreditavam em seus relatos, porém a mandavam de volta para Manaus, e as agressões em casa continuavam. Um dia, ela resolveu contar para sua mãe dos abusos que estava sofrendo, mas a mãe não acreditou. A vítima afirma que ficou muito triste com isso e pensou “eu não sou nada para ela”. A participante fugiu novamente, mas dessa vez para o centro de Manaus. Ficou na rua um tempo e depois foi levada para um abrigo. Neste abrigo, permaneceu por cerca de três meses até fugir de novo, pois lá também sofria agressões. Ao fugir pela última vez, ela comenta que chegou à casa da mãe Margarida e que lá foi acolhida e bem-tratada por ela. A partir daí, sua vida começa a mudar para melhor.

Participante 16 (Não identificada): Afirma ter sido estuprada pelo pai dentro do banheiro. Ela comenta que o pai pediu uma toalha, mas, chegando ao banheiro para levá-la, foi puxada para dentro e violentada. A participante comenta que não sabia o que era aquilo na época, mas que sentia muita dor e que as violações começaram a serem constantes. Um dia a mãe da vítima flagrou o marido abusando da filha; nessa época a menina tinha dez anos, mas, lamentavelmente, a mãe não fez nada. A participante comenta que não tem sonhos e que não acredita em ninguém.

⁹ Os relatos escolhidos das participantes para a pesquisa foram referentes ao abuso sexual, os demais relatos sobre exploração sexual não foram inseridos, pois, como já comentado, embora ambas as violências estejam interligadas, a exploração sexual não faz parte do escopo deste estudo.

Participante 17 (Ana): Tem 45 anos. Afirma que começou a trabalhar aos nove anos e que não teve oportunidades de continuar os seus estudos. A participante comenta que sofria agressões físicas em sua casa. Em um dos seus empregos, teve um chefe que também cometia agressões físicas com ela. Um dia ele a bateu com força em seu rosto, quebrando todos os seus dentes, e, em seguida, a violentou. A vítima comenta que não contou a ninguém; quando perguntavam o que havia ocorrido, devido à ausência de seus dentes, ela mentia e dizia que tinham caído, mas ninguém acreditava. Ao final, Ana comenta que nunca contou a ninguém sobre as agressões físicas e sexuais que sofreu pelo seu chefe, que nem mesmo seus filhos ou alguém muito próximo tinha conhecimento disso. Aquele momento da entrevista era o primeiro em que ela falava sobre o assunto.

Neste capítulo, foram abordadas as descrições dos documentários analisados, os dados das participantes, por meio de quadros biográficos e seus relatos, objetivando-se contextualizar o leitor sobre os materiais midiáticos pesquisados. No próximo capítulo, serão apresentados os resultados desta pesquisa. Em seguida, tem-se as considerações finais e as referências.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a partir da divisão e da descrição das categorias temáticas, divididas em subcategorias ilustradas e com fragmentos dos relatos das participantes, juntamente com as análises e as reflexões teóricas.

A primeira categoria é “violência sexual infantil e seus contextos”. Suas subcategorias são “violência sexual intrafamiliar ou por pessoas próximas” e “a violência e as classes sociais”. A segunda categoria, “violência de gênero e patriarcado”, tem como subcategorias “relação de poder e dominação” e “corpo feminino”.

8.1 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E SEUS CONTEXTOS

A violência sexual infantil é um fenômeno que acomete crianças e adolescentes de diferentes idades e sob diferentes formas, quantidades e durações. As experiências de abuso ocorrem desde uma única vez até repetidos períodos, estabelecendo-se por meses, quiçá por anos (Mastroianni & Leão, 2023). Essa prática, ainda que seja um crime, ainda é vista e perpetuada. Os autores desse tipo de crime são, na maioria dos casos, pessoas próximas à vítima, como amigos, vizinhos, empregados ou até mesmo os próprios familiares (Brasil, 2023).

A violência sexual é dividida, segundo Amorim (2012), em duas formas: a primeira é o abuso sexual em que o adulto se utiliza da criança ou do adolescente como forma de obter satisfação sexual própria, e a segunda é a exploração sexual em que é utilizado o corpo dessa criança ou adolescente para fins mercantis.

Nessa categoria, nos relatos extraídos dos documentários, foram agrupados em duas subcategorias considerando os contextos de vulnerabilidade nas relações próximas e a relação entre classe social e fatores de vulnerabilidade para violência sexual.

8.1.1 Violência sexual intrafamiliar ou por pessoas próximas

Mastroianni e Leão (2023) afirmam que há uma frequente percepção de que os abusos sexuais são perpetuados por pessoas desconhecidas, pessoas que estão fora do círculo de amizade, enfim, por um estranho. No entanto, contrariando essas percepções, a maioria dos casos de violência sexual ocorre dentro do círculo familiar por tios, primos, irmãos, avós, padrastos e, em muitos episódios, o protagonista da violência é o próprio pai (Neves et al.,

2010; Santos, 2011), como já citado anteriormente. Quando não são familiares próximos, podem ser pessoas do convívio da criança, como um amigo da família, um funcionário, o chefe do adolescente, entre outras pessoas que estejam convivendo com a criança ou o adolescente (Russo & Almeida, 2024).

Nos dezessete relatos analisados, treze das participantes sofreram violência sexual de forma intrafamiliar. Duas delas não identificaram quem foi o abusador, uma foi violentada pelo chefe e a outra participante sofreu abuso pelo amigo de sua mãe. Os dados indicaram que a maioria das violências perpetuadas ocorreram de forma intrafamiliar.

Nos relatos, é possível notar como a violência da experiência deixou a criança ou o(a) adolescente confuso(a), com medo da retaliação por ser um parente próximo, com sentimentos contraditórios de amor, raiva, medo e angústia, como pode-se perceber nesses trechos do documentário *Canto de cicatriz*:

não me lembro especificamente quanto tempo depois, teve outro abuso, infelizmente, na família, né? Com o meu avô. E que foi muito triste porque a gente fica acuada, a gente não... como é que tu vai dizer, né? “Olha, o meu avô tá passando a mão em mim” (...). Infelizmente, a gente fica, né, com uma desconfiança, porque tu confia... Eu tinha aquela imagem do meu avô da plena confiança, né? Era o meu avozinho (...) (P4 – Iva, 30 anos).

Teve uma noite que daí a minha mãe falou “hoje tu vai transar comigo também”. E pra mim foi horrível assim porque, pô, sabe, minha mãe, foi bem complicado (...) (P5 – Não identificada, 24 anos).

Essa vulnerabilidade notada nos relatos das vítimas é facilmente identificada pela idade das participantes na época do ocorrido e, também, pela relação de proximidade que elas tinham com o agressor. As vítimas se sentem tão vulneráveis que são influenciadas em suas capacidades de reagir ou relatar a alguém, eliminando, assim, a especulação ao seu discernimento ou consentimento ao ato sexual praticado (Falcão & Felizolla, 2022).

Segundo Saffioti (2001), mulheres e meninas são as maiores vítimas da violência intrafamiliar, tanto sexual, como física ou psicológica. Mesmo tendo alcançado reconhecimento histórico e rompendo com uma série de paradigmas, o gênero feminino ainda sofre com a opressão masculina.

Os estudos de Bonfanti e Gomes (2018), Azevêdo e Amorim-Gaudêncio (2019) e Mastroianni e Leão (2023), trazem que a violência sexual intrafamiliar pode afetar o desenvolvimento físico, emocional e psicológico. Consequentemente, a autoestima das vítimas é afetada, gerando impactos de intenso sofrimento e inferiorização. Esse fenômeno, ao ser internalizado por anos, pode trazer consequências como ansiedade, depressão e diversos problemas de confiança. Com isso, a criança se sente isolada, sem apoio e não busca ajuda, como uma das participantes menciona no relato: “Como é que tu vai dizer ‘meu avô tá passando a mão em mim’?”, “Eu desenhava a minha tristeza, eu queria um pai e uma mãe melhor”. Aqui, são expressos relatos de intenso sofrimento gerados pela violência intrafamiliar.

Outra característica da violência intrafamiliar é o segredo familiar. Grande parte das crianças e dos adolescentes não verbalizam – ou demoram meses ou até mesmo anos – para contarem que estão sofrendo algum tipo de violência dentro de suas famílias. Isso acontece por medo, ameaças do abusador, vergonha, ausência de pessoas que podem ajudar e falta de informação de que existem órgãos disponíveis que dão apoio em situações de violência (Mastroianni & Leão, 2023). Há alguns trechos nos relatos das vítimas sobre o segredo familiar e as ameaças sofridas, como é expresso aqui:

foi muito triste, até hoje eu nunca contei para os meus filhos o que eu passei, essa é a primeira vez que estou contando para alguém (P17 – Ana, 45 anos).

E ele falou no meu ouvido: “Ninguém vai acreditar em você. Se você falar, eu mato você e quem mais souber”. Dor. Nojo. Uma vontade de... sair correndo e não voltar mais. Assim... “Ninguém vai acreditar em você. Sua avó gosta de mim. Me admira muito. Se você fizer isso, eu mato a sua mãe. Porque ela já não é nada mesmo. Mas eu mato ela. Mato você. E se... E se você falar, isso vai continuar. Eu vou te levar pra outro lugar e você não vai ver nunca mais ninguém. E entre...”. Mesmo sendo muito nova, mas você já consegue entender o carinho de uma mãe, né? De quem está mais perto de você. E isso me gerava medo. O medo de ficar longe deles. Fazer com que eu... Aturasse aquele homem asqueroso em mim (P9 – Dacilane Manuela, 25 anos).

Eu levei pra contar desde o primeiro abuso acho que uns 15, 16 anos. Eu tive uma crise de choro quando eu consegui contar, hoje até consigo falar sobre isso tudo sem ter uma crise de choro. Eu diria pras pessoas que, por favor, falem. Sabe por quê? O medo, o

medo ele passa, a vergonha também passa, mas, por favor, falem! Porque tem pessoas que podem ajudar (P4 – Iva, 30 anos).

Com o passar do tempo, ele começou a todo sábado querer me levar, eu não quis ir mais, aí ele pegou e falou: “se você não for, apanha você e sua mãe”. Ele sempre tentava bater em mãe pra me incomodar, porque ele sabia que batendo em mãe ele mexia comigo. Eu preferia fazer tudo em vez de ele querer machucar minha mãe (P13 – Não identificada, idade não mencionada).

Muitas noites, quando ele chegava, eu sentia que ele me tocava. E eu ficava, no primeiro momento, eu ficava com medo, porque ele me ameaçava, ele dizia: “olha, se você contar para sua mãe, eu mato sua mãe e mato você também”. Eu não tinha dúvida que ele poderia fazer isso (P15 – Não identificada, idade não mencionada).

Nos relatos mencionados, pode-se perceber que Ana (45 anos) nunca contou a ninguém sobre a violência que sofreu; no caso dela, além do constrangimento, a questão financeira também foi um impedimento, pois precisava do emprego e não podia ser demitida, já que o abusador era seu chefe. Dacilane (25 anos) era constantemente ameaçada pelo padrasto; sentia medo, nojo e angústia, por isso não contava para ninguém a violência a que estava sendo exposta. Já no trecho de Iva (30 anos), vê-se que ela demorou anos para falar sobre o abuso, pois tinha medo e vergonha. No penúltimo trecho, a vítima não identificada era também ameaçada pelo pai biológico, além de sofrer agressões físicas pelo pai, sendo obrigada a ter relações sexuais com ele, caso contrário, sua mãe é que sofreria as agressões. Já no último relato, P15 sofria abuso sexual pelo padrasto, que a ameaçava de forma semelhante às outras participantes: alegava que mataria a mãe da vítima caso ela revelasse a alguém.

Ainda abordando sobre o segredo familiar, é válido salientar que há casos em que a vítima verbaliza à mãe, tia, avó ou parente próximo sobre o crime a que está sendo exposta. Nas transcrições dos documentários, P10 e P15 relataram às suas mães sobre a violência sexual perpetuada. As exceções, nesta análise, vão para o caso de P5, em que o próprio agressor contou à mãe, e para P16, cuja mãe testemunhou os abusos cometidos pelo pai da vítima, mas nada fez. Aqui temos alguns trechos:

Eu fui abusada pelo companheiro da minha mãe. Ele se aproximou de mim sendo meu amigo. Me agradava. E aí foi... Começando com carinhos, aí até ele chegar a estuprar.

Eu nunca contei, na verdade quem contou foi ele, ele contou na minha frente. A minha mãe ficou muito brava comigo e com ele porque ela disse que eu enganei ela, que eu e ele estávamos enganando ela (P5 – Não identificada, 24 anos).

Ele me bateu, me chutou a barriga. Me chutou a cabeça. E eu contei pra minha mãe. Só que ela não acreditou. Ela não acreditou em mim. Achou que eu tinha apanhado. Que era permissivo. O castigo físico. Porque eu merecia. Porque eu sempre fui muito moleca. Então... Ela achou que fosse só por isso (P10 – Débora, 41 anos).

Quando eu comecei a falar para ela que o que estava acontecendo, ela não acreditou. Então, quando ela não passou mais a acreditar em mim, foi quando realmente eu me senti, eu digo, eu não sou nada para ela, ela prefere ficar com ele do que comigo, de que acreditar em mim mesma (P15 – Não identificada, idade não mencionada).

Eu não podia fazer nada, não tive coragem de dizer a minha mãe, mas um dia, quando eu tinha dez anos, ela viu meu pai em cima de mim em sua própria cama, daí eu pensei que esse pesadelo iria acabar, mas foi o contrário, porque ele cresceu cada vez mais, porque minha própria mãe ficou calada e fingiu que nada tinha acontecido (P16 – Não identificada, idade não mencionada).

Em todos os trechos transcritos acima, as mães das participantes tinham conhecimento da violência contra as suas filhas e, mesmo assim, não denunciaram seus maridos, nem mesmo protegeram as vítimas. Duas dessas mães não acreditaram nas filhas, uma testemunhou o abuso e nada fez e a mãe de P5 preferiu se vingar da filha por raiva e rivalidade.

É estabelecido, no artigo 29 do Código Penal, que quem concorre para um crime, mesmo que de forma indireta, deverá ser responsabilizado de acordo com sua culpabilidade. Nesse sentido, a responsabilização ou a omissão de estupro de vulnerável (menor de quatorze anos) é tipificada em crime, especialmente quando o responsável pela criança ou pelo adolescente, ciente do fato, não realiza as providências necessárias para impedi-lo. Essa omissão é considerada penalmente relevante quando o responsável pela criança não realiza denúncia, logo, não zela pela integridade física e emocional da vítima (Falcão & Felizolla, 2022).

Uma das expressões mais ditas nos trechos é a palavras “medo”, que pode ser comparada aos estudos de Neves et al. (2010), Bonfanti e Gomes (2018), Mastroianni e Leão

(2023) e Russo e Almeida (2024), que defendem que esse é um sentimento comum, muito observado nas vítimas de violência sexual, já que estão sob o poder do agressor, em geral sendo ameaçadas. Essa situação é gerada por inúmeros fatores, como o medo da retaliação, o medo da culpabilização, de ficar longe da família, o medo do estigma associado a essa prática, além do medo da própria reação do agressor sob a vítima.

Todas essas reações auxiliam no silenciamento da vítima e contribuem nas ações do agressor na ampliação das violências, que podem ser consumadas durante anos. Como é notado nos trechos descritos das participantes, Iva (30 anos) comenta que demorou anos para dizer sobre o abuso sofrido; Ana (45 anos) apenas verbalizou sobre as violências sofridas quando foi entrevistada no documentário.

Portanto, analisou-se que, das dezessete participantes, treze sofreram violência sexual intrafamiliar; a maioria delas foram vítimas de seus padrastos. Sendo assim, tem-se 42% vítimas de seus padrastos, 18% vítimas do pai, 6% vítimas do avô, 12% vítimas do irmão, 11% vítimas de amigo da família e chefe, ao passo que, em 11% dos casos, não consta quem foi o abusador.

Foi notado também que grande parte dos casos de violência sexual eram acompanhados de violência física e psicológica. Tais fenômenos causaram efeitos e sentimentos em todas as vítimas, de medo, nojo, tristeza e desconfiança. Tudo isso demonstra que a violência sexual afeta as mulheres de forma irreparável e que a maioria dos casos ocorre em contexto intrafamiliar.

Portanto, muitas das participantes dos documentários afirmam que não encontraram apoio em suas famílias, o que reforça a importância de existirem locais especializados para acolhimento das vítimas fora de seu contexto familiar. Em um dos relatos, a vítima comenta que sua mãe não acreditou e que até mesmo defendeu o abusador. Relatos como esse ilustram o silenciamento imposto às vítimas desde a infância, reforçando o que Bourdieu (2012) aponta sobre a violência simbólica e a internalização da submissão.

8.1.2 A violência e as classes sociais

A violência acomete muitas crianças e adolescentes de diversas faixas etárias e, inclusive, classes sociais. Existe um imaginário social de que as violências física e sexual se sucedem apenas nas camadas sociais mais pobres, nas favelas e em bairros periféricos (Azevêdo & Amorim-Gaudêncio, 2019; Mastroianni & Leão, 2023). No entanto, de acordo com os autores mencionados, tais crimes se manifestam a despeito de classes sociais.

Tal fenômeno, apesar de ocorrer nas duas esferas sociais, ainda é mais visto nas camadas sociais menos privilegiadas. Isso ocorre por exclusão e desigualdade social, pobreza, ausência de conhecimento sobre os direitos das crianças e das mulheres, o que faz aumentar cada vez mais os casos de violência física e sexual (Galtung, 1969; Melaré, 2009; Bourdieu, 2012). Ainda nessa direção, o desemprego dos pais pode gerar a exploração sexual infantil, em que a criança é submetida às relações sexuais com adultos em troca de dinheiro para ajudar a família na renda da casa (Melaré, 2009).

Além disso, famílias de baixa renda estão mais expostas às denúncias de maus-tratos. Nas famílias de classes sociais mais abastadas, os casos de violências não costumam ser denunciados, logo, não entram para as estatísticas, demonstrando, erroneamente, que os números estatísticos mais elevados ocorrem apenas nas classes sociais mais pobres (Mastroianni & Leão, 2023).

Nas transcrições obtidas nos documentários, uma das participantes de *Canto de cicatriz*, a P3 Denise (44 anos), menciona que é de uma família de alto poder aquisitivo, provinda de todos os cuidados e recursos, mas que esta realidade não impediu que ela sofresse abuso. A participante Lady Laura (35 anos) de *Se você contar* foi adotada por uma família também abastada e sofreu violência sexual pelo seu irmão mais velho.

Assim, as duas participantes eram de famílias providas de recursos financeiros e ambas sofreram violência sexual, o que desmistifica que nesta camada social não ocorre violência. Ademais, em outros grupos sociais, tal fenômeno também é constatado. As participantes de *Desumanidades* e *Um crime entre nós* são todas de camadas sociais mais pobres, sendo que três delas, além dos abusos sexuais vivenciados em casa, eram exploradas sexualmente. Nos trechos seguintes, são relatados os casos de violência em ambas as esferas sociais:

A gente sempre foi muito pobre, e a minha mãe nunca trabalhou, ela sempre dependeu de homem. Daí meu pai, de vez em quando, aparecia. Como ele tinha duas famílias, ele ficava assim, quinze dias ele ficava com a gente, quinze dias ele ficava com a outra família (...), daí eu comecei a fazer favorzinhos para os caras em troca de dinheiro. Às vezes eu deixava os caras me alisarem, às vezes me beijar, me tocar, e daí eles me davam dinheiro em troca. Às vezes eu sentava no colo deles, fazia alguma massagem, esse tipo de coisa (...) (P14 – Não identificada, idade não mencionada).

Fazia de tudo como se fosse um bom pai, diante dos olhos de mãe, só que por trás ele era o verdadeiro monstro. Ele vendia banana, macaxeira, essas coisas de, né, aí como

eu era mais velha, eu tinha que ir com ele pra essa cidade e vender as frutas (P13 – Não identificada, idade não mencionada).

Tive que trabalhar cedo, trabalhei com nove anos, aí não tive mais oportunidade de estudar, decidi terminar, porque dentro de casa sofria violência também. Quando eu fui trabalhar eu sofri uma violência também, porque além disso eu fui estuprada e piorou mais ainda, ele me estuprou na boca, meu patrão (P17 – Ana, 45 anos).

Eu tenho 44 anos e fui vítima de abuso sexual aos 6 anos de idade. A minha família é uma família de classe média e fui cercada de todos os cuidados, mas isso não impediu que eu sofresse esse abuso (P3 – Denise, 44 anos).

No primeiro trecho, a participante, além dos abusos sexuais que sofria pelo padrasto, era explorada sexualmente para ajudar em casa. No segundo trecho, a participante vendia frutas com seu pai e era abusada por ele. Nos três primeiros relatos, as participantes eram de classes sociais mais pobres e expostas à violência sexual. Já no último relato, a P3 Denise (44 anos) afirma que era de família de classe média, provinda de todos os recursos, e mesmo assim sofreu violência sexual na infância.

Outro ponto notado nos trechos das vítimas é que a pobreza, muitas vezes, silencia a vítima. Como é o caso de P17 – Ana (45 anos), que foi violentada e agredida fisicamente pelo chefe, quebrando todos os seus dentes. Após o crime, Ana não pode denunciá-lo nem mesmo revelar a alguém o que realmente tinha acontecido devido à necessidade de manter o emprego por razões financeiras. Quando perguntavam o porquê das marcas de agressão, a vítima mentia, dizia que tinha se machucado. Como afirma aqui: “Eu tive que mentir, né, pra esposa dele, dizer que eu tinha caído, ninguém acreditava em mim, nas coisas que eu dizia”. Diante do relato, é possível notarmos que a vítima silencia o abuso não somente pela vergonha, pela insegurança e pelo medo de falar, mas também por razões monetárias, pois dependia daquele emprego para sua sobrevivência.

Portanto, diante das falas das participantes, evidencia-se o que indica a literatura científica, de que as violências podem ocorrer em ambas as esferas sociais, estando mais presentes nas classes sociais menos favorecidas devido à insegurança financeira e à escassez de recursos básicos, tornando as mulheres e as crianças mais vulneráveis a todos os tipos de violências, incluindo a violência sexual. Contudo, cabe destacar que as classes sociais mais abastadas não estão isentas deste fenômeno (Melaré, 2009; Azevedo et al., 2018; Mastroianni

& Leão, 2023) – inúmeros aspectos contribuem para se ter maior silenciamento quando a violência sexual incide nas camadas de alto poder aquisitivo.

8.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PATRIARCADO

Louro (1995), Saffioti e Almeida (1995) e Butler (2003) apontam que a violência contra mulheres e crianças resulta de diferentes elementos culturais, históricos e religiosos que se originam no patriarcado.

A violência contra as meninas é uma violência de gênero, que trata com desigualdades as meninas desde o nascimento em detrimento do patriarcado e das masculinidades. Elencando esses conceitos sobre violência de gênero, Saffioti (2001) afirma que a violência contra mulheres e meninas é uma das formas mais democráticas das violências, porque ela perpassa todas as classes sociais, etnias, todos os povos e níveis culturais. Com isso, pode-se compreender que a violência de gênero é um fenômeno ubíquo nas sociedades patriarcais, ou seja, está presente em todas as sociedades que emergem da estrutura patriarcal.

Diante disso, uma das participantes no documentário *Canto de cicatriz* também revela que nunca superou a violência vivida e que tem medo de homens, não consegue se relacionar por muito tempo, demonstrando a desconfiança em sofrer novamente algum tipo de violência de gênero. Esse trecho é expresso aqui:

Eu não confio em ninguém. Eu não confio principalmente nos homens. E eu não gosto quando dizem pra confiar neles ou que eles vão cuidar de mim. Eu namoro, mas não fico muito tempo (P2 – Não identificada, 28 anos).

As masculinidades são construídas a partir da preponderância masculina, em que os homens têm mais poder sobre as mulheres, determinando, assim, seus valores, regras, ideais e ações (Saffioti, 2001). Homens sempre necessitam estar à frente das mulheres cotidianamente, tanto profissionalmente e afetivamente. Quando tal fato é questionável pela resistência feminina, recorre-se à violência de gênero, sobrepondo-se ao feminino de forma punitiva (Rago, 2004; Vieira et al., 2018).

A violência de gênero é observada cotidianamente: a mulher, muitas vezes, é culpabilizada socialmente pela violência perpetuada, seja ela física, mental ou sexual (Vieira et al., 2018). Isso é evidente nos diversos comentários como “mas ela provocou”, “andava com roupa curta”, “mas ela queria”. Tais frases não são somente ditas por homens, mas faladas por

toda a sociedade. No documentário *Canto de cicatriz e Um crime entre nós*, são entrevistadas algumas pessoas na rua, como idosos, homens mais novos, homens mais velhos, mulheres, donas de estabelecimentos, trabalhadores locais e a maioria deles(as) responsabilizam a mulher como culpada pela situação.

As próprias participantes dos quatro documentários mencionam que se sentiam responsabilizadas pela violência cometida por seus agressores. Muitas atribuíram a culpa a si mesmas devido aos julgamentos e aos sentimentos de rejeição não só de pessoas desconhecidas, como também de pessoas próximas que deveriam ampará-las:

E aí, quando você pensa que alguém vai te acolher de alguma forma, te escutar e te compreender, na verdade, sempre, querendo ou não, sempre há um julgamento do que você estava fazendo, porque houve, porque não houve, o que você fez para ajudar. Acho que a culpa de você não se identificar enquanto vítima, mas sim como culpada, vem muito por aí. Porque a sociedade tende a te culpar, né? Então, antes de você falar, você já pensa: como você é culpada, é melhor não falar. Melhor tentar resolver por mim mesma, né? Acho que o grande tabu, de ter um tabu, acho que essa é a questão. Ser um tabu, ter um tabu. Ninguém quer escutar que alguém foi abusado sexualmente quando era criança. As pessoas não querem ouvir, porque é algo realmente muito ruim. Você acaba guardando para você, para não sofrer julgamento e para não fazer as outras pessoas sofrerem também (P7 – Caroline, 27 anos).

Você se insinuou? Você estava com alguma roupa? O que você fez, sabe? E o que o menino de dez anos faria, sabe? Eu não tinha nem dente na boca. Eu não tinha corpo. Eu nem sabia. Eu brincava de boneca ainda. Eu não tinha convívio com ninguém. Eu não era sexualizada. Nada disso. Era só uma criança (P8 – Mariana, 21 anos).

A minha mãe ficou muito brava comigo e com ele porque ela disse que eu enganei ela, que eu e ele estávamos enganando ela. Aí, então, eles conversaram entre eles, “então vamos se vingar, então” (P5 – Não identificada, 24 anos).

Nos trechos descritos acima, as três participantes relatam que sofreram violência sexual e que ou foram culpabilizadas por isso, ou se sentiram culpadas. Isso se deve a inúmeros fatores, muitos deles já discutidos neste estudo, o principal se deve à questão cultural patriarcal de responsabilizar a vítima (no caso a menina/mulher) pelo crime e à própria rivalidade da mãe

com a filha, que, ao invés de culpabilizar o marido pelo crime, acusa a vítima ao invés de protegê-la.

Diante desses preconceitos e da percepção de fragilidade feminina, as pesquisas sobre os estudos feministas da década de 1960, já citadas no início do texto, das autoras Narvaz e Koller (2006) defendem que o conceito de gênero culturalmente construído demonstrava um ideal que valoriza perspectivas desnaturalizadoras do senso comum, com a premissa da associação da fragilidade feminina estar relacionada ao sexo biológico feminino.

Butler (2003), nesse contexto, afirma que não a biologia, mas a cultura, é que prevalece, ou seja, é cultural afirmar que os homens são mais fortes e valentes, e não exatamente biológico. A autora alega que a noção de gênero não necessariamente é identificada pelo sexo. Logo, o movimento feminista da década de 1960 emerge na contestação dessa fragilidade, por muitas vezes a submissão estar ligada ao sexo feminino, contexto em que os homens são detentores de mais privilégios que as mulheres (Safiotti, 1995). Assim, mesmo quando a mulher é violentada pelo homem, a sociedade insere que a responsabilidade é dela, e não do agressor (Tilio et al., 2021).

Em suma, em todos os documentários são observadas as manifestações da violência de gênero que dá ao homem mais privilégios e direitos às garantias do que à mulher, de modo que há um desvalor feminino que favorece as diversas práticas de violência, inclusive a sexual. Essa narrativa perpetua a culpa da vítima, desviando a atenção da verdadeira responsabilidade que recai sobre o agressor. A violência sexual é crime e a vítima nunca deve ser responsabilizada por sua experiência. Essa abordagem prejudica não apenas as vítimas, mas também a sociedade como um todo, pois reforça estigmas e gera o silenciamento.

8.2.1 Relação de poder e dominação

A relação da violência sexual está inserida numa categoria de poder. A partir disso, pode-se reconhecer as posições assimétricas: em um polo, exerce-se o poder e, no outro, submete-se ou resiste a ele. Nessa relação, há uma possibilidade de resistência, em que as pessoas podem desafiar as normas e estruturas que legitimam a violência sexual, buscando maneiras de rearticular suas experiências e de reivindicar seus direitos (Foucault, 2002).

Ainda segundo o Foucault (2002), as relações de poder são os efeitos das desigualdades e desequilíbrios e podem caracterizar-se em qualquer tipo de relação, não somente a sexual, mas nas relações econômicas, trabalhistas e familiares. Pensar nesta relação seria o mesmo que imaginar que há uma relação de poder sempre desigual, porém o polo dominado não

necessariamente será sempre chefiado pelo poder, pois pode haver uma segunda estratégia, uma libertação. Diante dessa análise, como uma pessoa vítima de violência sexual conseguiria se libertar dessa situação? Principalmente uma criança?

Há muitas formas de proteger as crianças, como as leis que amparam e defendem os direitos das crianças, os conselhos tutelares e as escolas que, em determinados momentos, podem ampará-las. Mas, apesar disso, a maioria dos casos de violência não é denunciado (Mastroianni & Leão, 2023). E a estratégia de fuga ou resistência se tornará inapta, aumentando, assim, o número de casos de crianças em situação de violência e que nem chegam às estatísticas (Leão, 2020).

As vítimas que se encontram na situação de poder do agressor, na maioria das vezes, sob ameaças, tornam-se, em geral, submissas. Nos dezessete relatos dos documentários, onze entrevistadas mencionam que eram ameaçadas, e seis foram agredidas. Algumas participantes como Iva (30 anos) e Lady Laura (35 anos) se sentiam acuadas pelo fato de o abusador ser uma pessoa da família, como é narrado na fala de Iva (30 anos): “Como é que tu vai dizer? Meu avô tá passando a mão em mim?” e na fala de Lady Laura (35 anos): “Eu tinha medo, na verdade. Porque eu era criança e tinha medo de ficar com ele. E uma certa vez, eu estava no quarto dormindo e ele entrou”.

É importante mencionar que nem todas, mas uma parte significativa das participantes, sofriam violência física. Por outro lado, todas as participantes sofreram violência simbólica, algumas sob ameaças e outras pela dominação masculina. O agressor era um homem mais velho, mais forte fisicamente, detento de poderes sociais que as crianças e muitas mulheres não tinham. Apenas esse poder, mesmo sem haver agressão física, já intimidava as vítimas, como pode-se perceber na fala desta participante:

Aí ele pôs a mão na minha boca e fez um ato, ele praticou comigo à força, e eu chorando porque eu não queria mais brincar, minha vontade era de matá-lo, né, no início, mas eu não tinha forças, eu tinha medo dele, muito medo. Muitas vezes, ele me abusava quando minha mãe saía de casa pra buscar o leite, ou às vezes ele me levava sozinha pra roçada pra fazer o ato (P13 – Não identificada, idade não mencionada).

P13 sofria abuso sexual pelo pai biológico. A vítima sentia medo do agressor não somente pela força física, mas pela relação que possuíam. É nítido o sentimento de dominação e de poder que os agressores mantinham com as vítimas.

Ainda nessa relação da violência comparada a uma forma de poder, é válido elencar os conceitos de Bourdieu (2012) sobre a violência simbólica que impõe suas visões e regras, naturalizando as hierarquias de poder entre dominador e dominado. Nesta perspectiva, é vista, nos relatos das participantes, a violência simbólica que é manifestada por uma estrutura patriarcal que restringe sua autonomia – já que a maioria das entrevistadas não sofria agressão física, mas, por uma lógica patriarcal e dominadora, tornavam-se sujeitas à situação de violência.

De acordo com Bourdieu (2012), a violência simbólica está relacionada a uma dominação que se exerce de maneira sutil, sem haver a necessidade de coerção física. A vítima torna-se dominada pelo agressor pela intimidação, manipulação e ameaças, sendo inviável ou, pelo menos, difícil de acontecer a estratégia de fuga ou resistência defendida por Foucault (2002), gerando-se, assim, o sofrimento infantil. Esse sofrimento foi percebido em todas as participantes que, de uma forma ou de outra, sofriam com os abusos sexuais, psicológicos e físicos também. Havia uma relação de fragilidade sob as ameaças, além da manipulação ou do poder que o agressor exercia sobre elas.

Ademais, foi observado que os relatos das participantes, alinhados com os conceitos de Bourdieu (2012), Saffioti (2001) e Foucault (2002) revelam que a violência sexual infantil está intrinsecamente ligada a dinâmicas de poder e de dominação, que evidenciam uma cultura de impunidade e de culpabilização da vítima.

8.2.2 Corpo feminino

Foucault (1987) argumenta que, em uma sociedade patriarcal, as mulheres, quando ocupam espaços públicos, estão sujeitas a um processo de desautorização em relação ao controle de seus próprios corpos. O autor justifica que o poder e as normas sociais podem impor uma vigilância constante e a subordinação feminina, limitando sua autonomia e, consequentemente, sua autoridade diante da sociedade. Pode-se dizer que o corpo é o resultado de um conjunto de forças não limitantes ao seu caráter biológico, gerando uma série de efeitos relacionados ao formato de poder. Essa dinâmica reflete as relações de poder e de controle que operam sobre o corpo feminino, especialmente em contextos públicos, onde o corpo da mulher é frequentemente objetificado, disciplinado e regulado.

Esse poder desfavorece as mulheres nas relações trabalhistas, sociais, educacionais e sexuais (Saffioti, 2001). Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 2024, 83.988 casos de estupro foram registrados, dados que preocupam e alertam que o país não é seguro para as

mulheres. Já que segundo as estatísticas há 1 crime de estupro a cada 6 minutos. Dentro dessa realidade, em alguns dos relatos extraídos, além dos casos de abuso sexual, são expostos casos de violência física:

Teve um dia que eu peguei um cara, o cara botou o revólver na minha cara, me deixou lá na BR, roubou meu celular, roubou meu dinheiro, me deixou lá na casa de caralho. Aí, de tanto levar furo, furo, furo, pegar uns caras nojentos, eu, ôxe, não dá, não. Como meu filho crescer, eu vou falar como a ele? Meu filho sem pai, como ele vai dizer: “mãe, cadê meu pai?” (P12 – Não identificada, idade não mencionada).

E toda vez que ele bebia, ele chegava em casa, ele agredia minha mãe, ele batia muito nela. De tantas agressões que ela sofria, ela começou a produzir agressão também. Então eram as surras e mais surras que eu levava (P15 – Não identificada, idade não mencionada).

eu perdi meus dentes cedo, por causa do soco que ele deu na minha boca, eu tive que mentir, né, pra esposa dele, dizer que eu tinha caído, ninguém acreditava em mim (P17 – Não identificada).

P12, P15 e P17 afirmam que, além dos abusos sexuais cometidos pelos agressores, elas também sofreram violência física. Com isso, em anuência com os autores Cruz et al. (2021), Teixeira et al. (2023) e Russo e Almeida (2024), é válido salientar que a violência sexual, em geral, não ocorre de forma isolada. Pelo contrário, pode vir acompanhada de outros tipos de violência, como é o caso das participantes relatadas.

A relação da violência sexual e física contra a mulher, inúmeras vezes, é justificada pelo próprio corpo feminino. Quando a mulher tem um corpo considerado belo, ela é vista como um “símbolo sexual” ou até mesmo como um atrativo para os agressores (Tilio et al., 2021). Ainda segundo os autores, no espaço público, o corpo feminino possui duas interpretações possíveis: do corpo privado e do corpo público. A primeira deve permanecer velada, já a segunda deverá ser observada pelos homens e exibida como um “troféu”, uma conquista do homem. Os autores Tilio et al. (2021) afirmam que essas interpretações são errôneas, pois, neste cenário, são geradas as violências contra as mulheres. É importante enfatizar que, independentemente do corpo ou da vestimenta que a mulher esteja usando, ela pode ser alvo para um estupro.

O corpo da mulher, em sua complexidade, normalmente é alvo de ataques que vão além da violência física e sexual, pois este corpo é uma representação de algo tentador e provocativo que deve ser escondido. Caso contrário, pode ser aval para olhares, abusos físicos e sexuais ou sinônimo de poder para os homens quando é considerado público (Tilio et al., 2021). Dialogando com Foucault (2019) em sua obra *A história da sexualidade*, no Período Vitoriano, as mulheres deveriam ter um controle de seu corpo e de sua sexualidade restritos, de outro modo eram consideradas histéricas.

A relação da sociedade com o corpo da mulher retira dela o seu espaço de intimidade, de prazer e de liberdade. Nos relatos descritos a seguir, as participantes demonstram que, além da dor física, há a psicológica também:

Aí, ele começou a passar a mão nas minhas partezinhas, no meu seio. Porque eu nem tinha o quê. Eu só tinha mais cabelo e joelho. Eu era muito magrinha. Então, Roberta, eu não sei a palavra exata que eu posso falar pra ele, mas eu gostaria de perguntar o que passa na cabeça dele. De ver uma criança, indefesa, e a pessoa chega lá e faz uma coisa dessa. Porque, pra mim, isso é um monstro. Isso não é um ser humano (P11 – Lady Laura, 35 anos).

Chegou um dia que ele tirou minha roupa. Me deitou no chão. E fez... Primeiro me acariciou. E depois penetrou com o dedo. Na minha vagina. E aí, doeu muito. Eu senti muita dor. E foi muito ruim. Eu fiquei muito assustada. Principalmente porque eu já tinha 12 anos (P7 – Caroline, 27 anos).

No relato de Lady Laura (35 anos), ela afirma não ter corpo, “só cabelo e joelho”, mas isso não impediu que ela sofresse abuso pelo irmão. Este relato desmente a prerrogativa de que não importa “o tipo de corpo” que a criança/mulher tenha, ela pode tornar-se uma vítima de violência sexual. Já no relato de Caroline (27 anos), ela comenta que ficou assustada e preocupada diante do ato, principalmente pela idade que tinha na época. A relação do corpo com a violência sexual tem ligações diretas, já que as vítimas têm seus corpos infringidos por terceiros.

A compatibilidade do corpo da mulher com a concepção da sociedade em geral é misógina e patriarcal (Rago, 2004). Referente a isso, pode-se perceber a correlação dos comentários das pessoas entrevistadas nas ruas em *Canto de cicatriz*: “toda nua”, “toda

exposta”, “são elas que estão atacando a gente, e não a gente atacando elas”. Essas falas são uma reprodução dicotômica da sociedade patriarcal em que vivemos, culpabilizando a mulher pela violência efetuada pelo outro.

Considerando tais argumentos, a cultura que culpabiliza a mulher pelo seu corpo contribui para a violência sexual, gerando credibilidades ao agressor, o que causa, nas vítimas, um ciclo perpetuador de medo que favorece o seu silenciamento. Muitas mulheres, após serem violadas, têm sua autoestima ferida e podem ter dificuldades para se reconectarem com seus próprios corpos, pois é recorrente sentirem nojo de si mesmas (Cruz et al., 2021).

Como apontam os estudos de Lira et al. (2017) e Cruz et al. (2021), esses sentimentos de nojo e aversão podem influenciar a mulher em sua sexualidade e motivá-la a evitação de contato sexual com pessoas do mesmo sexo do agressor, como menciona a participante:

Podre, escória do mundo. Criança nenhuma merece. Isso, histórias que a gente ouve de crianças, meninos, meninas. Roubaram várias coisas. Roubaram a minha experiência sexual. Própria, natural. Tenho flashes, tenho algumas lembranças. Não tenho todas as lembranças, mas assim, quando para pra pensar, quantas vezes isso rolou? E eu só lembro de algumas. Só lembro das mais fortes. Porque com seis anos a gente não lembra muita coisa. Algumas marcantes, muito marcantes. Minha menstruação. Minha descoberta. Meus namoradinhos. É impressionante. Durante muito tempo eu fiquei, eu tive relacionamento só com mulheres, porque eu não queria que homem nenhum me tocasse. Foi muito difícil (P10 – Débora, 41 anos).

É necessária uma luta ao combate às violências de gênero, contribuindo com a liberdade da mulher e de seu espaço. O corpo da mulher não pode ser objetificado como algo pecaminoso ou símbolo de desejo para o agressor, e sim um espaço de sua identidade e autonomia. Em todos os documentários, o corpo da mulher foi infringido, deixando marcas físicas em alguns casos e marcas psicológicas em todos eles. Por isso, para o enfrentamento da culpabilização feminina em decorrência das violências praticadas contra elas, urge a conscientização da população sobre a liberdade do corpo feminino, aliada às leis de proteção a favor das mulheres.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços no debate acerca do tema nas últimas décadas, a violência sexual ainda se faz muito presente, tanto no Brasil quanto no mundo. Mesmo com a criação de órgãos fundamentais na proteção de crianças e de adolescentes, como a Constituição Federal promulgada em 1988 (Brasil, 1988), a Convenção sobre os Direitos da Criança criada pela ONU em 1989 (ONU, 1989), o ECA em 1990 (Brasil, 1990) e o Estatuto da Juventude em 2013 (Brasil, 2013), tal fenômeno ainda é incidente.

Seja dentro de suas casas ou em outros ambientes considerados seguros, como as escolas ou os hospitais, ou até mesmo dentro de instituições religiosas, as crianças e os adolescentes são vítimas de uma cultura que facilita, ignora e perdoa tais abusos. Além disso, a falta de dados estatísticos claros sobre os índices de violência cometida contra crianças e adolescentes é um fator que atrasa as discussões e a real incidência estatística da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O presente estudo teve a premissa de analisar relatos de mulheres vítimas de violência sexual na infância e na adolescência registrados em documentários, baseando-se na revisão da literatura sob a ótica de autores que investigam os temas violência sexual, patriarcado e gênero. O foco se restringiu às experiências femininas, reconhecendo que uma discussão mais ampla sobre o abuso sexual de homens exigiria abordagens diferentes dadas as complexidades das questões culturais relacionadas às masculinidades.

A estrutura social brasileira, sexista e patriarcal, também é um agravante no que se refere ao combate a essas violências, visto que, muitas vezes, os relatos das vítimas são desacreditados por conta das dinâmicas familiares e sociais. As crianças, de modo geral, ocupam posições hierárquicas inferiores nas relações de poder, sendo invisibilizadas em suas vivências e experiências. Pensando nas dinâmicas de gênero, as meninas são duplamente subjugadas, pois sua vulnerabilidade se materializa tanto por serem crianças, quanto em decorrência do sexo biológico ou do gênero. Contudo, é importante salientar que os meninos na faixa de 1 a 9 anos são mais suscetíveis a sofrerem violências sexuais, deixando evidente que esses abusos estão permeados pelas relações de poder, sendo subnotificados muitas vezes.

Com o intuito de compreender melhor o fenômeno da violência sexual, este trabalho buscou analisar as diversas formas de violência a que mulheres e meninas estão submetidas na infância e na adolescência, bem como as consequências, na vida adulta, das violências por elas sofridas. Foram apresentados conceitos acerca do que se entende por violência e seus

desdobramentos, sobretudo no que se refere aos agravos decorrentes dos abusos a que foram submetidas, além de dados estatísticos e discussões sobre o tema.

A pesquisa baseou-se na análise de depoimentos retirados dos documentários *Canto de cicatriz*, *Desumanidades*, *Se você contar* e *Um crime entre nós*, importantes registros históricos e documentais para os estudos temáticos das violências cometidas contra mulheres. Por meio da análise, foi possível observar que a impotência diante do abuso, a culpa e o medo são sentimentos presentes nos depoimentos das vítimas. A sensação de desamparo também permeia os relatos, visto que, por vezes, as mães estavam cientes dos abusos cometidos contra suas filhas, mas não fizeram denúncias contra os abusadores; em uma situação, a mãe de uma das vítimas chegou a punir a filha por rivalidade.

Os resultados deste estudo reafirmam a gravidade da violência sexual na infância e na adolescência e suas profundas consequências na vida das mulheres adultas. A análise dos relatos presentes nos documentários evidencia os impactos psicológicos, emocionais e sociais causados pelo abuso e vivenciados pelas vítimas, que podem se manifestar de diversas formas ao longo da vida, como dificuldades na sexualidade, baixa autoestima, transtornos de ansiedade e depressão, bem como a perpetuação do silenciamento e do sentimento de culpa.

Na mesma medida, os resultados desta pesquisa destacam a recorrência de sentimentos expressos pelas personagens dos documentários analisados, que demonstram dor, revolta, vergonha e medo diante das violências sofridas. As falas das vítimas refletem o trauma vivenciado, bem como a ausência de suporte e acolhimento adequado, seja da família, seja da sociedade ou das instituições públicas. Apesar de existirem entidades e órgãos públicos destinados ao combate à violência contra a mulher e as crianças, muitas vezes essas instituições não oferecem o apoio de que as vítimas necessitam e até mesmo podem contribuir para tornar a situação ainda pior. Essa falta de apoio reforça a necessidade de fortalecimento das redes de proteção e de atendimento especializado para crianças, adolescentes e mulheres que passaram por experiências de abuso sexual.

As violências às quais as crianças são submetidas podem ser categorizadas de diversas maneiras. Galtung (1969) discute a violência estrutural e como ela se manifesta em sistemas que perpetuam desigualdades. No contexto da violência sexual infantil, essa perspectiva ajuda a entender como o silenciamento das vítimas e a impunidade dos agressores fazem parte de uma estrutura social que minimiza a voz das mulheres e das crianças, visto que estes indivíduos não ocupam posições de poder. Já como apontado por Bourdieu (2012), a violência simbólica reforça a ideia de que as mulheres devem se submeter a padrões patriarcais, dificultando sua capacidade de denunciar abusos (Saffioti, 2001). Nessa direção, o presente estudo revelou que

muitas vítimas carregam sentimentos de culpa e vergonha internalizados, evidenciando a força desse tipo de violência.

Ademais, conforme Saffioti (2001) destaca, a dominação-exploração das mulheres se manifesta desde a infância e reforça a cultura da impunidade em casos de violência sexual, principalmente quando o abusador é um homem de quem a mulher depende: seu marido, seu pai ou seu patrão. O estudo demonstrou que diversas vítimas foram silenciadas pelo medo e pela relação de poder estabelecida pelos agressores, confirmando a existência de padrões patriarcais que perpetuam esse ciclo de violência. A perspectiva de Butler (2003) sobre o gênero como construção social também se fez presente na análise dos relatos, pois evidenciou-se que muitas das mulheres vitimadas foram educadas erroneamente para aceitar relações de submissão como parte do comportamento esperado de uma mulher.

Os documentários analisados desempenham um importante papel na informação sobre os efeitos e as consequências da violência sexual, bem como em sua prevenção. Ao darem visibilidade ao sofrimento das vítimas e denunciarem os mecanismos de silenciamento e impunidade, essas produções midiáticas promovem um debate necessário sobre o tema, contribuindo para a conscientização da sociedade e para a construção de estratégias capazes de auxiliar no combate a esse tipo de violência.

Esta pesquisa e seus resultados também ressaltam a importância das instituições e de políticas públicas voltadas à proteção das vítimas, como o conselho tutelar, o Ministério Público, as delegacias especializadas, os centros de referência da mulher e as organizações não governamentais voltadas para o acolhimento de vítimas e para a prevenção das violências. Esses espaços são essenciais para acolhimento, acompanhamento psicológico e assistência jurídica, porque possibilitam que as vítimas tenham suporte para reconstruírem suas vidas. Contudo, a pesquisa também evidenciou lacunas na atuação dessas instituições, muitas vezes limitadas por falta de recursos ou por dificuldades burocráticas, o que prejudica as ações de resposta e de combate aos diversos tipos de violência sexual.

Diante dos resultados, é possível perceber que as violências cometidas contra as crianças, sobretudo as meninas, não se restringem ao abuso físico, sendo comum a presença de abusos verbais, psicológicos, manipulações e ameaças. Com isso, muitas mulheres vítimas de violência sexual na infância relatam que não conseguem se relacionar normalmente com as pessoas, pois sentem dificuldade de confiar em alguém. Novamente, fica evidente que os abusos sofridos na infância deixam marcas indeléveis nas vidas das mulheres.

A análise de conteúdo empreendida nesta pesquisa ajudou a compreender que as violências sofridas por mulheres na infância são, em sua maioria, intrafamiliares. Tais situações

de abuso refletem a violência de gênero, intrínseca ao sistema patriarcal, que incide majoritariamente sobre o corpo feminino, conforme postulado por Saffioti (2001).

Com relação aos objetivos da pesquisa, tanto os gerais como os específicos, pode-se afirmar que foram atingidos, pois a análise dos documentários proporcionou uma compreensão abrangente das marcas deixadas pela violência sexual na vida das mulheres adultas e do modo como a sociedade lida com essa questão. A investigação apresentou contribuições para o entendimento dos mecanismos de silenciamento e reforçou a importância das redes de apoio, cumprindo, assim, o propósito inicial da pesquisa. Também, por meio do presente trabalho, foi possível compreender o modo como as violências sexuais ocorrem dentro do contexto do sistema patriarcal, em cujas relações de poder os abusadores acabam sendo favorecidos em detrimento das vítimas.

A informação é um dos principais meios para se combater as violências sexuais. Assim, a educação e a conscientização da sociedade contribuem para que crianças e adolescentes reconheçam situações abusivas e tenham coragem para denunciar seus agressores, sem medo de retaliações ou de se sentirem culpadas. Os documentários analisados são de grande valia para esse processo, pois trazem para o debate público histórias reais que ajudam a desconstruir estigmas e promovem uma reflexão sobre a urgência do enfrentamento à violência sexual. Pode-se concluir que os relatos extraídos neste estudo deixam claro a necessidade da abordagem de materiais educativos e de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência sexual, ao enfatizar o papel da informação como meio de combate a esses crimes.

Embora a análise empreendida neste estudo tenha propiciado reflexões oportunas sobre o tema e cumprido os objetivos pretendidos, é necessário reconhecer algumas limitações da pesquisa. A amostragem foi restrita a documentários específicos, o que pode não abranger toda a complexidade do fenômeno, sobretudo no que se refere a distinções entre classes sociais, regiões do país e outros marcadores socioeconômicos. Além disso, a pesquisa não contemplou entrevistas diretas com as vítimas, o que também pode ser considerado uma limitação, pois a análise documental restringe a possibilidade de um aprofundamento mais subjetivo da experiência das participantes.

Diante dos resultados e do trabalho conduzido pela presente investigação, surgem oportunidades para pesquisas futuras, tais como estudos comparativos que analisem outras mídias, como literatura e reportagens jornalísticas, capazes de ampliar a compreensão da violência sexual infantil e de suas consequências. Pesquisas que incluam entrevistas com mulheres que sofreram violências sexuais e profissionais atuantes no acolhimento de vítimas de abuso também podem fornecer uma visão mais ampla e detalhada do fenômeno,

contribuindo, dessa forma, para a formulação de políticas públicas de combate às agressões contra crianças, adolescentes e mulheres.

Por fim, vale reiterar que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma problemática estrutural que demanda ações educativas, políticas públicas e fortalecimento das redes de apoio às vítimas, seja no âmbito estatal, seja no contexto privado. A sociedade deve priorizar a prevenção e o combate à violência sexual, a fim de garantir que as mulheres não sejam condenadas ao sofrimento do silenciamento e de testemunhar a impunidade de seus agressores. Com a implementação de políticas de disseminação de informações e de educação sexual, a reestruturação das instituições responsáveis pelo atendimento às vítimas e uma maior sensibilização social sobre a gravidade do problema, pode ser possível reduzir os impactos da violência sexual em busca de soluções duradouras.

REFERÊNCIAS

- Almeida, T. M. C. (2004). As raízes da violência na sociedade patriarcal. *Sociedade e Estado*, 19(1), 235-243. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100012>
- Althof, S. E., Buvat, J., Gutkin, S. W., Belger, M., Stothard, D. R., & Fugl-Meyer, A. R. (2010). Sexual satisfaction in men with erectile dysfunction: correlates and potential predictors. *Journal of Sexual Medicine*, 7(1), 203-15. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2009.01554.x>
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5ª ed.; M. I. C. Nascimento et al., Trad.; A. V. Cordioli et al., Rev. Técnica). Artmed.
- Amorim, S. M. F. (2012) Violência contra criança e adolescente e o papel da escola. In C. Xavier Filha (Org.), *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias* (pp. 167-188). UFMS.
- Aquino, E., Ataíde, B., Oliveira, I., Lima, B., Machado, H., & Faria, M. (2021). Fatores socioeconômicos e saúde de crianças em contexto de violência. *Aletheia*, 54(1). <https://doi.org/10.29327/226091.54.1-10>
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000200002>
- Aveiro, M., Garcia, A. P., & Driusso, P. (2009). Efetividade de intervenções fisioterapêuticas para o vaginismo: uma revisão da literatura. *Fisioterapia e Pesquisa*, 16(3), 279-283. <https://doi.org/10.1590/S1809-29502009000300016>
- Azevedo, A., & Guerra, V. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Iglu.
- Azevêdo, I. K. L., & Amorim-Gaudêncio, C. (2019). Depoimento especial: revisão sobre o papel da psicologia na escuta de crianças e adolescentes vítimas de abuso. In Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (Org.), *Cadernos de psicologia jurídica: psicologia na prática jurídica* (pp. 84-109). UNICEUMA.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barros, E. (2016). *Desumanidades: cinco relatos sobre violência sexual* [Documentário]. Cartola Filmes.
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Public Health*, 58(3), 469-483. <https://doi.org/10.1007/S00038-012-0426-1>

- Bonfanti, A. L., & Gomes, A. R. (2018). A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? *Periódicus*, 1(9), 105-121. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i9.25681>
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (11ª ed.). Bertrand Brasil.
- Brasil. (2010). *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde*. Governo Federal. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias-orientacao-para-gestores-e-profissionais-de-saude/view>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2023). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023*. Governo Federal. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>
- Brasil. (2024). *Mulheres vítimas de violência encontram acolhimento nos hospitais da Rede Ebserh*. Governo Federal. <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/mulheres-vitimas-de-violencia-encontram-acolhimento-nos-hospitais-da-rede-ebserh>
- Bruyne, P., Herman, J., & Schoutheete, M. (1991). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais* (51ª ed.). Francisco Alves.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Cardoso, A. (2008). Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos estudos CEBRAP*, (80), 71-88. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100006>
- Castro, E., & Macedo, S. (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Direito e Práxis*, 10(2), 40670. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>
- Chaffé, L. (Dir.). (2020). *Canto de cicatriz* [Documentário]. Atena Produções.
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In M. L. V. C. Cavalcanti, B. Franchetto, & M. L. Heilborn (Orgs.), *Perspectivas Antropológicas da mulher* (pp. 25-63). Zahar.

- Costa, A. A. (2019). Contato Sexual entre meninos: Jogos sexuais ou violência sexual. Manaus/AM. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas. https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7450/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Adriane_Costa_PPGPSI
- Costa, A. C. G. (2013). Comentando o ECA, artigo 4º, Livro 2. In M. Cury, A. F. Amaral e Silva, & E. G. Méndez (Orgs.), *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado* (pp. 264-282). Malheiros.
- Costa Júnior, F. M. d(2010). *Concepções de médicos/as e enfermeiros/as sobre questões de gênero na saúde* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Estadual de São Paulo. https://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/ArquivosPDF/DIS_MEST/DIS_MEST20100326_JUNIOR%20FLORENCIO%20MARIANO%20DA%20COSTA.pdf
- Coutinho, M. M. L., & Moraes, N. A. (2018). O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 93-113. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100006&lng=pt&tlng=pt
- Cruz, M. A., Gomes, N. P., Campos, L. M., Estrela, F. M., Whitaker, M. C. O., & Lírio, J. G. S. (2021). Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1369-1380. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>
- Cunha, E. P., Silva, E. M., & Giovanetti, A. C. (2008). *Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais*. UFMG.
- Cunha, M. L. C. (2021). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional*. Secretaria Nacional da Família. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>
- Day, V. P., Fonseca, R. P., Souza, M. L., & Dimenstein, M. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(supl 1), 9-21. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>
- De Antoni, C., Yunes, M. A. M., Habigzang, L., & Koller, S. H. (2011). Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. *Estudos de Psicologia*, 28(1), 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000100010>

- Deslandes, S. F., & Campos, D. S. (2015). A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(7), 2173-2182.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014>
- Elsen, I., Navas Sanches Próspero, E., Navas Sanches, E., Floriano, C. J., & Sgrott, B. C. (2011). Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Psicologia Argumento*, 29(66), 303-314.
<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20375>
- Falcão, V. S., & Felizolla, M. B. (2022). Abuso sexual intrafamiliar sob a perspectiva da proteção integral da criança e do adolescente: quando quem tem o dever de cuidar não cuida. *Escola Superior do Ministério Público do Ceará*, 14(2), 101-121.
<https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/view/233/185>
- Fernandes, R. (2017). *Se você contar* [Documentário]. Rodrigo Cerqueira e Roberta Fernandes.
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144.
<https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria*, 16(2), 158-167.
- Fonseca, T. M. G. (1997). Psicologia e relações de gênero: o gênero da ciência psicológica. In A. V. Zanella, M. J. Siqueira, L. A. Lulhier, & S. I. Molon (Orgs.), *Psicologia e Práticas Sociais* (pp. 297-302). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Fórum de Segurança Pública. (2023). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023: Violência Sexual Infantil: aumentaram os casos ou as denúncias?* FBSP.
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-10-violencia-sexual-infantil-aumentaram-os-casos-ou-as-denuncias.pdf>
- Fórum de Segurança Pública. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. FBSP.
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramallete, Trad.). Vozes.
- Foucault, M. (2002). *Microfísica do poder* (17ª ed.). Gral.
- Foucault, M. (2019). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Paz & Terra.
- Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Artes Médicas.

- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191. <https://www.jstor.org/stable/422690>
- Gava, L. L., Silva, D. G., & Dell' Aglio, D. D. (2013). Sintomas e Quadros Psicopatológicos Identificados nas Perícias em Situações de Abuso Sexual Infanto-Juvenil. *Psico*, 44(2), 235-244. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/11467>
- Gay, E. (2023). Vaginismo, distúrbio que causa desconforto, mas que tem cura. *Jornal da USP no Ar*. <https://jornal.usp.br/atualidades/vaginismo-disturbio-que-causa-desconforto-mas-que-tem-cura/#:~:text=Elsa%20Gay%2C%20chefe%20do%20setor,se%20associa%20a%20problemas%20emocionais%E2%80%9D>
- Goodrich, T. J., Rampage, C., Ellman, B., & Halstead, K. (1990). *Terapia feminista da família*. Artes Médicas.
- Groissman, M. (1996). *Histórias Dramáticas*. Rosa dos Tempos.
- Hohendorff, J., & Patias, N. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, 49(1), 239-257. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-907461>
- Houston, E., Sandfort, T. G., Watson, K. T., & Caton, C. L. (2013). Psychological pathways from childhood sexual and physical abuse to HIV/sexually transmitted infection outcomes among homeless women: The role of posttraumatic stress disorder and borderline personality disorder symptoms. *Journal of Health Psychology*, 18(10), 1330-1340. <https://doi.org/10.1177/1359105312464674>
- Krindges, C. A., Macedo, D. M., & Habigzang, L. F. (2016). Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. *Contextos Clínicos*, 9(1), 60-71. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v9n1/v9n1a06.pdf>
- Kripka, R., Scheller, M., & Bonotto, D. (2015). *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa* (pp. 243-247). In Anais do quarto Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (IV CIAIQ), Aracajú, SE, Brasil.
- Kronbauer, J. F. D., & Meneghel, S. N. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, 39(5), 695-701. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>
- Lacerda, M. B. (2010). *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*.

- [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
 Repositório PUCRJ. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16570/16570_1.PDF
- Leão, A. M. C. (2020). Prevención y detección: la escuela como instancia de enfrentamiento a la violencia sexual infantojuvenil. In A. M. Arias, & E. S. Heredero (Orgs.), *Inclusión educativa e social: aportaciones para su desarrollo* (pp. 118-132). UNAB.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.* (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013.* (2013, 5 de agosto). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm
- Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014.* (2014, 26 de junho). Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm
- Lei n. 13.431, de 14 de abril de 2017.* (2017, 14 de abril). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm
- Lei n. 8.069, 13 de julho de 1990.* (1990, 13 de julho). Estatuto da Criança e do Adolescente.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Lima, I. S., Sousa, M. L. P., Carvalho, M. Q., & Macedo, S. R. (2020). Implicações do vaginismo no cotidiano das mulheres. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 31(1), 28-37. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i1.58>
- Lima, I. V. B., & Diolina, J. (2013). Consequências psicológicas do abuso sexual na infância e adolescência: uma ferida invisível. *UNOESC & Ciência*, 2(2), 130-139.
<https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/download/667/pdf/42635>
- Lira, M. O. S. C., Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Couto, T. M., Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2017). Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Texto Contexto Enfermagem*, 26(3), e0080016. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>

- Lopes, B. R. (2022). *Violência sexual no âmbito familiar contra crianças e adolescentes*. Brasil Escola. <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/violencia-sexual-no-ambito-familiar-contracrianças-adolescente.htm>
- Louro, G. L. (1995). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Machado, T. F. A. (2013). *Criança vítima de pedofilia: fatores de risco e danos sofridos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-13022014-111701/publico>
- Marchi, R. D. C. (2011). Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, 37, 387-406. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/mwW6jT5nfRpwPHMJwsgYQDJ/abstract/?lang=pt>
- Martins, A. P. V. (2017). A política dos sentimentos e a questão social no século XIX. *Anos 90*, 24(46), 239-268. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6713749.pdf>
- Mastroianni, F. C., & Leão, A. M. C. (2023). *Violência sexual infantojuvenil, entre proteger e responsabilizar: limites e alcances da Lei do Depoimento Especial*. Cultura Acadêmica.
- Melaré, M. M. M. (2009). *Violência familiar: mitos e verdades*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório da Universidade Estadual Paulista. https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/Michelli_Martins.pdf?fbclid=IwY2xjawI9d_hleHRuA2FlbQIxMAABHY6zbtgsozOUcYLzVv1X8cAmkS7drxSr0XOtZi20yLngR0Bo48NGeVi5Ug_aem_uB5DqtIUUYEbhEo-MwXlZw
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Ministério dos Direitos Humanos. (2018). *Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas*. Ministério dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/violencia-contracrianças-e-adolescentes-analise-de-cenários-e-propostas-de-políticas-públicas.pdf>
- Mioto, R. C. T. (2000). *Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: o trabalho do assistente social e as políticas sociais* (Mod. 4). UnB.

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>
- Nascimento, E., & Fiorelli, L. (2020). *Guia de doenças e sintomas: vaginismo*. Hospital Israelita Albert Einstein.
- Neves, A. S., Castro, G. B., Hayeck, C. M., & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*, 18(1), 99-111. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2010000100009
- Nunes, M., & Moraes, N. (2021). Práticas Profissionais relacionadas às Demandas de Violência Sexual: Revisão da Literatura Nacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e227527. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003227527>
- Oliveira, A. S. (2016). *Violência sexual intrafamiliar e atitude da genitora da vítima: uma análise a partir dos vínculos familiares e da Economia Familiar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco]. Repositório da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7520>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. ONU.
<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2020). *Cerca de 1 bilhão de crianças no mundo são vítimas da violência todos os anos*. ONU.
<https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717372>
- Osório, L. C. (1997). A família como grupo primordial. In D. E. Zimmerman & L. C., Osório. *Como trabalhamos com grupos* (pp. 45-58). Artes Médicas.
- Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 114-126.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000100009>
- Paschoarelli, L., Medolla, F., & Bomfim, G. (2015). Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. *Revista de Design, Tecnologia e Sociedade*, 2(1), 65-78. <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/15699/14030>

- Pase, H., Cunha, G., Borges, M., & Patella, A. P. (2020). O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 1000-1010. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190153>
- Pinto, A. A. Junior, Cassepp-Borges, V., & Santos, J. G. dos. (2015). Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, 23(2), 124-131. <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/b8bWBzmkvjDqYpcNrDx56ZM/abstract/?lang=pt>
- Prado, M. C. C. A. (Org.). (2004). *O mosaico da violência: a perversão da vida cotidiana*. Vetor.
- Rago, M. (2004). História das Mulheres no Brasil. In M. D. Priore (Org.), *Trabalho Feminino e Sexualidade* (pp. 484-507). Contexto.
- Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006. (2006, 19 de abril). Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>
- Romaro, R. A., & Capitão, C. G. (2007). *As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões*. Vetor.
- Russo, S., & Almeida, F. (2024). A escola no combate à violência sexual na infância e adolescência: uma revisão integrativa. *Educação Online*. <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1569/645>
- Saffioti, H. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Quatro Artes.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16), 115-136. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL>
- Saffioti, H., & Almeida, S. S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Revinter.
- Sant'Anna, P. A., & Baima, A. P. S. (2008). Indicadores clínicos em psicoterapia com mulheres vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(4), 728-741. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000400006>
- Santos, B. R. (2011). *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. EDUR.
- Santos, M. J., Mascarenhas, M. D. M., Rodrigues, M. T. P., & Monteiro, R. A. (2018). Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil.

- Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(2), 1-10. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742018000200010>
- Santos, S. S., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 85-92.
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/Lxmm895TwRkDn9XVCwSWMnb/abstract/?lang=pt>
- Schreiner, M. T. (2008). *O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da vítima* (pp. 1-6). In Anais do oitavo Seminário Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST41/Marilei_Teresinha_Schreiner_41.pdf
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Silva, F. (2020). O silêncio da mãe diante do abuso: A omissão materna. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 13(3), 1-18.
<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/280>
- Soihet, R. (2015). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In M. D. Priori (Org.), *História das Mulheres no Brasil* (10ª ed.; pp. 362-400). Contexto.
- Stephenson, K. R., Hughan, C. P., & Meston, C. M. (2012). Childhood sexual abuse moderates the association between sexual functioning and sexual distress in women. *Child Abuse & Neglect*, 36(2), 180-189. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22391416/>
- Sufredini, F., Moré, C., & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 29(2), 265-278.
<https://doi.org/10.4013/ctc.2016.92.11>
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Estudos em Psicologia*, 21(2), 5-16. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/6697/4337>
- Teixeira, F., Gomes, B., Oliveira, V., & Leite, R. (2023). Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde brasileiros: revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, 32(3), 1-16. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220253pt>
- Temer, L. (2023). Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias. In *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (pp. 204-213), São Paulo, SP, Brasil.
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

- Tilio, R., Moré, I., More, N., Leandro, R., Cohen, C., & Leonidas, C. (2021). Corpo Feminino e Violência de Gênero: uma análise do documentário “Chega de Fiu Fiu”. *Psicologia & Sociedade*, 33, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33228620>
- United Nations Children’s Fund (UNICEF). (2018). *A familiar face: violence in the lives of children and adolescents*. UNICEF. <https://data.unicef.org/resources/a-familiar-face/>
- United Nations Children’s Fund (UNICEF). (2024). *Mais de 370 milhões de meninas e mulheres globalmente foram vítimas de estupro ou abuso sexual quando crianças*. UNICEF Brasil. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-370-milhoes-de-meninas-e-mulheres-globalmente-foram-vitimas-de-estupro-ou-abuso-sexual>
- Vieira, A., Monteiro, P., Carrieri, A., Guerra, V., & Brant, L. (2018). Um estudo das relações entre gênero e âncoras de carreira. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(3), 577-589. <https://www.scielo.br/j/cebape/a/WPJBgkq5ByTv7y9ZVsJBp5w/?format=pdf&lang=pt>
- Yañez, R. (2020). *Um crime entre nós* [Documentário]. Instituto Liberta/Instituto Alana.
- Zambon, M. P., Jacintho, A. C. Á., Medeiros, M. M., Guglielminetti, R., & Marmo, D. B. (2012). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 58(4), 465-471. <https://www.scielo.br/j/ramb/a/QTPXsnN8D4DCm3x6KwHZgZJ/>